

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

Curso.....C-PEM

Partido

Solução do P-III-4 (Mo) MONOGRAFIA

Apresentada por

.....JOSÉ LUIZ RAMOS DE AZEVEDO

.....CAPITÃO-DE-MAR-E-GUERRA (FN)

NOME E POSTO

RIO DE JANEIRO

19.88.....

MM - EON
BIBLIOTECA
11-10-1988
R. A. L. P.

- O BRASIL E OS EUA -

JOSE LUIZ RAMOS DE AZEVEDO
Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN)



MINISTÉRIO DA MARINHA
ESCOLA DE GUERRA NAVAL

1988

MM-EGN
BIBLIOTECA
14 102/11989
N: 1.646

GN-00003708-2

- O BRASIL E OS EUA -

JOSE LUIS RAMOS DE ARAUJO
Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM)



MINISTÉRIO DA GUERRA
ESCOLA DE GUERRA

1938

TEMA: O BRASIL E OS EUA

- Pontos a abordar:
- Bases e desenvolvimento das relações entre o Brasil e os EUA;
 - Relações políticas e econômicas;
 - Os pontos de divergência, protecionismo ou livre comércio, política nuclear;
 - As relações militares, com ênfase no âmbito naval;
 - O auxílio militar naval norte-americano e seus reflexos na MB; e
 - A cooperação militar Brasil-Estados Unidos da América do Norte e o desenvolvimento industrial militar brasileiro.

PROPOSIÇÃO: Analisar as relações Brasil-Estados Unidos da América, enfocando suas bases e o seu desenvolvimento, sobretudo nas últimas três décadas.

Nos campos político e econômico, abordar as principais divergências atuais.

No campo militar, avaliar o reflexo para a Marinha do Brasil do auxílio militar naval norte-americano e a cooperação militar Brasil-Estados Unidos da América face ao desenvolvimento industrial militar brasileiro.

Í N D I C E

	FOLHA
Introdução.....	IV
CAPÍTULO 1 - BASES E DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES BRASIL-EUA.....	1
CAPÍTULO 2 - RELAÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS ATUAIS.....	10
- SEÇÃO I - RELAÇÕES POLÍTICAS.....	10
- SEÇÃO II - RELAÇÕES ECONÔMICAS.....	13
Dívida externa brasileira.....	13
Investimentos norte-americanos no Brasil....	15
Intercâmbio comercial Brasil-EUA.....	17
CAPÍTULO 3 - PONTOS DE DIVERGÊNCIA.....	22
- SEÇÃO I - PROTECIONISMO OU LIVRE COMÉRCIO.....	22
Equilíbrio da balança comercial.....	23
Rodada Uruguai do GATT.....	25
- SEÇÃO II - POLÍTICA NUCLEAR.....	29
CAPÍTULO 4 - RELAÇÕES MILITARES.....	33
- SEÇÃO I - ANTECEDENTES.....	33
- SEÇÃO II - O APÓS-GUERRA.....	36
- SEÇÃO III - COOPERAÇÃO INDUSTRIAL MILITAR BRASIL-EUA	44
- SEÇÃO IV - SÍNTESE CONCLUSIVA.....	44
CAPÍTULO 5 - CONCLUSÃO.....	47
ANEXO A - TÓPICOS DO ACORDO DE REESCALONAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA.....	A-1
BIBLIOGRAFIA.....	A-3

INTRODUÇÃO

A crescente diferenciação de interesses e de percepções do Brasil e dos Estados Unidos da América (EUA), a respeito de suas respectivas posições no sistema internacional produziu políticas distintas e frequentemente conflitivas no plano das relações entre os dois países.

As divergências de opiniões e os conflitos de interesses têm sido, na atualidade, os elementos mais característicos das relações Brasil-EUA. Anúncios de retaliações norte-americanas aos produtos brasileiros, de pressões de Washington sobre questão da dívida externa, de discordância brasileira à posição dos EUA na crise da América Central, etc..., alardeados pela imprensa, retratam mais um relacionamento entre antagonistas do que parceiros internacionais.

Mas nem sempre foi assim. No passado, considerávamos os EUA o nosso maior aliado, com quem tínhamos uma "relação especial".

Na Marinha do Brasil, a influência dos EUA se fez sentir em todos os setores, abrangendo desde a formulação da estratégia ao adestramento do pessoal.

A forte influência norte-americana provocou uma revolução na cultura nacional. O brasileiro passou a imitar os padrões de comportamento norte-americano. No vestuário, na música, na alimentação, no lazer, enfim, em todos os setores constata-se a presença marcante dos hábitos americanos, influenciando nossos costumes.

O presente estudo visou detectar os motivos pelos quais uma relação tão intensa entre dois países pode se deteriorar. Para tanto, seguindo uma ordem cronológica, foi analisado o relacionamento nos campos político-econômico e militar, levantadas as maiores divergências e, finalmente, apresentadas algumas tendências.

CAPÍTULO 1

BASES E DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES BRASIL-EUA

Muitos autores, querendo demonstrar a intensidade do relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos da América (EUA), costumam dar ênfase aos fatos de que o mais antigo Consulado dos EUA nas Américas foi estabelecido no Brasil, em 1808, na cidade de Salvador (02:22) e que os EUA foram o primeiro país a reconhecer nossa independência (01:180).

Na verdade, contudo, até a década de 1880, tal interação era refreada pela posição dominante da Grã-Bretanha no Brasil.

Apesar disto, o Brasil, mantinha desde 1828, um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação com os EUA (56:94). A partir de 1861 o intercâmbio entre os dois países se intensifica, passando os EUA a absorverem mais da metade de toda exportação do café brasileiro (47:36).

O desenvolvimento da Argentina, a partir de 1880, levaria os EUA a se aproximarem do Brasil, visando inibir uma nascente tendência hegemônica de nação de língua espanhola na América do Sul, com possíveis reflexos na sua área de influência da América Central.

Com o advento do República, tal aproximação foi incentivada, visando garantir a estabilidade do novo governo no sistema internacional e reduzir a preponderância das potências europeias sobre a economia e política externa brasileiras (48:389). Assim, os EUA foram a primeira potência a reconhecer a República brasileira (48:390).

O perfil republicano do Brasil, sua denominação, o modelo da Constituição de 1891, e a opção pelo regime presidencialista, demonstram a penetração e influência dos norte-americanos nas decisões nacionais. Isto explica o Acordo Comercial firmado pelo Governo Provisório brasileiro com os EUA, onde eram es

tabelecidas diversas concessões aos produtos norte-americanos que importávamos (11:59). Neste tratado estavam em jogo interesses da cafeicultura que, com seu poder, contribuiu para a mudança do eixo de dependência externa de Londres para Washington.

A política externa do Brasil sofreu grande alteração al-guns anos depois da proclamação da República, durante a gestão do Barão do Rio Branco (1902-1912) no Ministério das Relações Exteriores. Ele percebendo a importância crescente dos EUA no cenário mundial, habilmente a colocou à serviço do Brasil. A sólida aliança Brasil-EUA, estabelecida por Rio Branco, facili-tou a consolidação das fronteiras brasileiras, poupando-nos preocupações com disputa de poder, com os países hispano-ameri-canos. No sistema internacional, a influência européia foi reduzida, trazendo a maior autonomia ao Brasil (54:6).

A opção do Rio Branco em favor dos EUA, longe de ter sido subserviente, foi extremamente pragmática. Além de facilitar o alcance de objetivos nacionais, ela atendia aos anseios dos brasileiros, cansados da Grã-Bretanha que dominava nossa econo-mia, sem nunca nos oferecer qualquer vantagem comercial. Portanto, a opção pelos EUA, nosso maior mercado, visou compatibi-zar as relações políticas com as comerciais. Durante o período Rio Branco, o intercâmbio comercial Brasil-EUA foi muito am-pliado (53:6).

A elevação das Legações do Brasil e do EUA à categoria de Embaixada representou bem o "salto qualitativo" conseguido por Rio Branco, nas relações entre os dois países (53:8).

A participação do Brasil na Grande Guerra deveu-se, mais ao ajustamento à política externa dos EUA do que a perda de três navios cargueiros nas costas da Europa (46:725).

No após guerra até 1929, os EUA mantiveram relações bastante intensas com o Brasil, apesar do novo acordo tarifário Bra-

sil-EUA, de 1924, ter terminado os privilégios do anterior (56:105).

Em 1930, com Getúlio Vargas no poder, o Brasil adota o "dirigismo econômico", doutrina contrária ao liberalismo defendido pelos EUA e Grã-Bretanha.

A industrialização iniciada em 1934 faz do Brasil um cliente potencial para os países industrializados. A Alemanha, em busca de mercados, estreita seus laços comerciais com o Brasil, que ficam mais fortes após a Intentona Comunista de 1935.

No mesmo período as relações Brasil-EUA estão desaquecidas, sobretudo após a negativa de Washington em ceder oito contratorpedeiros antigos ao Brasil, devido as pressões argentinas (39:25).

Os EUA tentam se opor à expansão do relacionamento comercial Brasil-Alemanha, mas não conseguem substituir as vantagens oferecidas pela Alemanha. Após a Insurreição Integralista, em 1938, as relações com a Alemanha são arrefecidas e o Brasil inicia uma reaproximação com os EUA. Assim, pode-se afirmar que o ano de 1938 foi decisivo para a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, nas condições de efetiva solidariedade aos EUA.

Para os EUA a aliança do Brasil era importante por dois fatores: geoestratégico - as bases aeronavais do nordeste brasileiro possibilitavam a invasão à África do Norte; econômico - as matérias-primas brasileiras eram importantes para o esforço de guerra norte-americano. Tendo atendido aos interesses dos EUA, o Brasil em troca recebeu apoio à implantação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), projeto fundamental à industrialização do país (43:9).

Em termos econômicos, para o Brasil a guerra foi prejudicial. A economia brasileira se desorganizou ao alocar recursos (mão-de-obra e capital) para atender as necessidades temporá-

rias dos EUA. Enquanto os produtos brasileiros (alimentos, matérias-primas) tinham seus preços de importação congelados pelo governo dos EUA, os produtos manufaturados norte-americanos estavam com os preços liberados. A nascente indústria brasileira, que dependia de apoio dos EUA, ficou inoperante. Ao fim da guerra o Brasil ainda sofria os efeitos negativos do conflito: elevação do custo de vida, falta de renovação da maquinária, inflação... (12:112).

Passado o grande perigo, o eixo Leste-Oeste se sobrepôs ao Norte-Sul, em decorrência da "Guerra Fria" e o Brasil foi relegado a uma posição residual.

A política externa brasileira durante o Governo Dutra manteve o alinhamento automático com os EUA, ainda que em algumas ocasiões fosse prejudicial para o Brasil, como na adesão ao "Plano Baruch" que impedia a difusão da tecnologia nuclear. Apesar disso, os empréstimos solicitados aos EUA foram negados (37:43). Recebemos assistência técnica que auxiliou na montagem do primeiro plano de desenvolvimento brasileiro SALTE (Saúde, Alimentos, Transporte e Energia) (53:10).

O Governo Dutra engajou nas teses norte-americanas, mais do que o desejo de ganhos, foi a conscientização de que os EUA eram os únicos capazes de deter o expansionismo soviético.

Dentro dessa linha, em 1947, o Brasil apoiou com firmeza a iniciativa dos EUA da criação do Tratado Inter-Americano de Assistência Recíproca (TIAR), que visava preservar o continente americano da ameaça comunista (37:42).

A única posição de independência do Governo Dutra foi negar o envio de tropas para Guerra da Coreia (66:61).

Atendendo a proposta do Presidente Vargas, os EUA criaram a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) que funcionou de 1951 a 1953. Por influência da CMBEU foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e foram realizados

quarenta projetos, num financiamento total de cento e oitenta milhões de dólares (66:75).

Em 1958, o Presidente Kubitsch~~ek~~eck lançou a "Operação Pan-Americana" (OPA) destinada a financiar o desenvolvimento da América Latina. O fracasso da OPA por falta de apoio norte-americano faz com que o Brasil esfrie suas relações com os EUA e, numa demonstração de independência, reate relações comerciais com a URSS (04:91).

Jânio Quadros durante seu curto governo busca maior autonomia para o Brasil no campo internacional, com a Política Externa Independente. A certeza norte-americana de que o abandono da esfera de influência dos EUA pelo Brasil, causaria consequências da maior gravidade no contexto latino-americano, permitiu que a Política Externa Independente tivesse suficiente margem para manobra (31:99).

Tal Política, sofreu forte incentivo com o Presidente João Goulart. Assim, restabeleceu relações diplomáticas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), iniciou intercâmbio comercial com a República Popular da China (42:81) e repetiu pressões dos EUA para expulsar Cuba da OEA.

A assistência econômica prestada pelos EUA ao Brasil, durante o triênio do Governo Goulart, foi superior àquela prestada nos seis anos anteriores (Tab. nº 1). Entretanto, o governo federal praticamente nada recebeu, pois os empréstimos eram destinados aos governos estaduais considerados "ilhas de sanidade administrativa" (42:70).

Com a Revolução de 1964, o Presidente Goulart é deposto. Existem evidências que os EUA aprovaram e apoiaram a deposição do Presidente Goulart, ainda que, não tenham participado diretamente do Movimento Militar (42:128).

A reversão da Política Externa Independente ocorreu com a adoção pelo Governo Castelo Branco da teoria das "Fronteiras

Tabela I
EMPRESTIMOS E SUBVENÇÕES DOS E.U.A. AO BRASIL — ANOS FISCAIS 1955-1965 (Milhões de Dólares)

PROGRAMA	EMPRESTIMOS E SUBVENÇÕES DOS E.U.A. — COMPROMISSOS PELO ANO FISCAL AMERICANO											TOTAL
	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1955 - 1965
I. ASSISTÊNCIA ECONÔMICA - TOTAL	5,8	39,7	121,3	9,1	11,3	13,4	95,2	105,5	147,3	126,3	170,3	1.047,9
Empréstimos	0,3	30,7	79,3	-	0,5	-	54,6	154,1	32,1	254,3	226,9	803,3
Subvenções	5,5	9,0	42,0	9,1	11,4	13,4	37,6	51,5	40,2	32,1	43,0	354,7
a. A.I.D. e Agências anteriores	3,0	3,6	4,5	5,5	3,2	11,6	7,5	35,1	16,5	17,5	234,2	330,6
Empréstimos	-	-	-	-	0,5	-	-	74,5	32,3	165,4	270,2	523,5
Subvenções	3,0	3,6	4,5	5,5	3,4	11,6	7,5	10,6	21,5	14,1	14,7	107,1
(Assistência de Apoio à Segurança)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(25,5)	(50,0)	(-)	(75,5)
b. Alimentos para a Paz (PL 480)	2,5	35,6	110,2	3,6	3,0	1,8	34,7	70,5	47,2	150,3	24,6	537,3
Título I - Total	-	20,2	103,3	-	-	-	31,5	44,0	17,0	115,4	-	411,4
Pagáveis em Dólares - Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagáveis em Moeda Estrangeira - Planejados para Uso no País	-	30,2	103,3	-	-	-	31,5	44,0	17,0	115,4	-	411,4
(Total de Acordos de Vendas, incl. Usos dos E.U.A.)	(-)	(39,7)	(127,3)	(-)	(-)	(-)	(25,8)	(55,0)	(40,7)	(144,2)	(-)	(503,4)
Título II - Total	2,5	5,4	1,9	3,6	3,0	1,8	3,2	22,5	11,7	35,5	24,6	125,2
Auxílio de Emergência, Desenvolvimento Econômico & Alimentos Mundiais	-	-	-	-	-	-	-	21,7	0,3	9,6	6,3	37,9
Agências de Auxílio Voluntário	2,5	5,4	1,9	3,6	3,0	1,8	3,2	6,8	15,6	25,9	13,3	83,0
c. Outras Assistências Econômicas	0,3	0,5	6,5	-	*	*	-	47,9	5,2	6,5	11,3	30,0
Contribuições a Org. Int. de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Corpo da Paz	-	-	-	-	-	-	-	0,9	1,6	4,0	4,6	11,1
Outras	0,3	0,5	6,5	-	*	*	-	47,0 ^{b/}	3,6 ^{b/}	2,5 ^{b/}	6,7 ^{b/}	68,2
II. ASSISTÊNCIA MILITAR - TOTAL	13,4	3,0	13,4	19,1	20,4	27,1	34,3	44,4	17,9	34,1	10,0	239,1
Créditos ou Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23,4	-	23,4
Subvenções	13,4	3,0	13,4	19,1	20,4	27,1	34,3	44,4	17,9	10,7	11,2	215,6
a. Subvenções do MAP	13,7	7,0	3,3	13,2	11,7	19,1	33,9	26,0	16,7	10,3	11,1	162,6
b. Vendas a Crédito pelo FMS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33,4	-	33,4
c. Subvenções - Fundos do Serviço de Assistência Militar (MASF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
d. Transferência de Excesso de Estoque	0,7	0,2	*	0,9	0,2	0,8	0,4	0,5	1,7	0,4	0,2	5,1
e. Outras Subvenções	-	-	10,1	-	8,5	8,7	-	17,1	-	-	-	40,2
III. TOTAL DE ASSISTÊNCIA ECONÔMICA E MILITAR	19,2	42,7	134,7	28,2	31,3	40,5	129,5	150,0	165,2	161,0	280,8	1.287,0
Empréstimos	0,3	30,7	79,3	-	0,5	-	54,6	154,1	32,1	177,2	226,9	716,7
Subvenções	18,9	12,0	55,4	28,2	31,3	40,5	61,2	35,9	133,1	24,2	53,0	570,3
Outros Empréstimos e Subvenções do Governo Americano	49,3	54,0	122,7	17,5	122,2	6,3	123,3	-	-	-	6,0	537,3
a. Empréstimos do Banco de Exportação e Importação	49,8	54,0	122,2	17,5	122,2	6,3	123,3	-	-	-	6,0	537,3
b. Todos os Outros *	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Nota Geral: Os detalhes não devem ser adicionados aos totais obtidos por arredondamento.

* Menos de 50.000 dólares

a/ Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AID) - Ajuda oficial em concessões para fins de desenvolvimento. Os E.U.A. aumentaram sensivelmente seus empréstimos e subvenções econômicas aos países latino-americanos a partir de 13 de março de 1961, quando o Presidente Kennedy anunciou a Aliança para o Progresso.

b/ São empréstimos do Fundo de Progresso Social.

Fuente: Empréstimos e Subvenções Ultramarinhas dos E.U.A.

Divisão de Relatórios e Estatísticas
Escritório de Administração Financeira
Agência de Desenvolvimento Internacional - AID
10 de novembro de 1965

Ideológicas", que eliminou as áreas de atrito com os
(31:96).

EUA

A nova orientação política foi bem caracterizada na declaração do Embaixador Juracy Magalhães: "o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil".

O Governo Castelo Branco, rompeu relações com Cuba e enviou tropas (1965) para compor a Força Interamericana de Paz que sob o controle dos EUA, atuava na República Dominicana

Tal posicionamento incentivou os norte-americanos a prestarem maior assistência econômica ao Brasil (Tab. nº 1).

Entretanto, o Brasil não poderia manter por muito tempo o "alinhamento automático aos EUA", sem ferir suas aspirações ao desenvolvimento e à emancipação econômica. Assim, durante o Governo Costa e Silva, o Brasil adota a "Diplomacia da Prosperidade" voltada ^{para} a diversificação de mercados, face aos EUA terem estabelecido uma série de barreiras para limitar as exportações brasileiras, sobretudo de têxteis e café solúvel. Tal política nos aproximou dos países do Terceiro Mundo.

Com a diversificação de importadores, as exportações brasileiras ficaram menos dependentes do mercado norte-americano.

Os choques de interesse entre os dois países não se restringiu às relações comerciais. O Brasil não concordou em assinar o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), apesar das pressões norte-americanas.

No Governo Médica, o Brasil se dissociou do Terceiro Mundo e deu ênfase às relações bilaterais com os EUA.

O Presidente Médica, em 1970, expandiu o mar territorial brasileiro para duzentas milhas. Tal medida, recebeu franca oposição dos EUA, pois limitou a pesca.

Após a desgastante guerra do Vietnã, os EUA sentiram necessidade de um retraimento no campo internacional. O Presidente Nixon passa a adotar no seu relacionamento com a América Lati-

na a política "Low Profile" (Presença Discreta). Coincidentemente, é a época da maior independência do Brasil no sistema internacional.

A Crise do petróleo abalou a economia mundial. O governo norte-americano, em 1974, visando equilibrar a balança comercial, promulgou o "Trade Act" (^{Lei} Ato de Comércio) que possibilita a adoção de severas medidas protecionistas. A partir dessa época, as relações comerciais Brasil-EUA ficaram mais difíceis, com o aparecimento de inúmeros contenciosos que obrigam a exaustivas negociações.

As dificuldades para colocação dos nossos produtos no mercado norte-americano obrigou^{am} a uma maior abertura na política externa brasileira, refletida na mensagem do Presidente Geisel: "uma diplomacia mais pragmática e ecumênica, da qual está excluído o fatalismo dos alinhamentos automáticos e apriorísticos".

Era a política do "Pragmatismo Responsável", calcada na certeza de que o Brasil, para emergir como potência industrial, não mais poderia associar-se às políticas dos EUA, com os quais estava em crescente competição (50:18).

As pressões do Governo Carter sobre o Brasil e a República Federal Alemã (RFA), devido ao acordo nuclear, ampliaram os pontos de tensão, entre Brasil e os EUA, surgidas com as dificuldades colocadas pelos norte-americanos no fornecimento do combustível para a usina nuclear Angra I (67:6).

Face as divergências, foi criado, em 1976, um mecanismo de consulta entre os dois países - "Memorando de Entendimento", visando evitar crises.

Apesar disso, em 1977, as relações Brasil-EUA foram novamente abaladas, com a denúncia do Acordo de Assistência Militar de 1952, pelo Governo Geisel. A denúncia tornou-se impositiva devido a uma lei dos EUA, inspirada pelo Presidente Car-

ter, condicionar qualquer ajuda militar à verificação prévia da observância dos direitos humanos no país favorecido, contrariando o princípio de soberania.

O Governo Carter tentou impor a ~~Tese~~ Tese da "Graduação" que excluiria, o Brasil e outros países em desenvolvimento, do Sistema ^{geral} de Preferências (SGP), e posteriormente impediria o acesso aos mecanismos financeiros internacionais.

O Brasil não concordou com a ~~Tese~~ Tese de "Graduação" devido aos prejuízos que acarretaria à nossa economia já abalada pela alta dos preços do petróleo.

Os primeiros anos da administração Reagan não melhoraram as relações Brasil-EUA, que foram deterioradas pelo governo Carter. O condicionamento do governo Reagan de um alinhamento ideológico como pré-requisito aos investimentos norte-americanos, foi mal recebido pelo governo Figueiredo, que considerava as disputas ideológicas entre as superpotências, coberturas para afirmação de hegemonias (23:23).

Não interessava, também, ao Brasil apoiar a política neo-intervencionista dos EUA na América Central (Nicarágua e El Salvador) pois feria ~~ao nosso~~ princípio de autodeterminação dos povos e prejudicaria nossa imagem na América Latina (23:21).

Igualmente, não aceitamos a militarização do Atlântico Sul em parceria com a África do Sul, devido contrariar nossa postura de condenação ao "apartheid" e dificultar nossa aproximação com a África Negra.

Assim, a visita do Vice-Presidente Bush, em 1981, visando o engajamento do Brasil nas propostas dos EUA não teve êxito. Os enviados de Reagan queriam ainda, o repúdio do Brasil à intervenção soviética no Afeganistão, ao golpe de estado na Polônia e à presença de tropas cubanas na África. Em troca prometiam: "parceria privilegiada, maiores investimentos, facilidades nas exportações brasileiras e combustível nuclear (29:2).

O governo brasileiro não aceitou as propostas dos EUA, pois os custos superavam seus possíveis benefícios.

Dois acontecimentos, em 1982, despertaram no governo dos EUA a necessidade de melhorar suas relações com o Brasil: a Guerra das Malvinas e a Moratória Mexicana.

A decisão dos EUA de ignorar o TIAR, durante a Guerra das Malvinas, e apoiar a Inglaterra, desfez o mito de solidariedade continental e implodiu o sistema de segurança interamericano (28:47).

Enquanto a posição tomada pelos EUA o afastou das nações latino-americanas, o Brasil teve seu conceito fortalecido, no âmbito continental, pelo apoio dado a pretensão argentina e por sua insistência no cessar-fogo e numa solução negociada.

A moratória mexicana abalou o meio financeiro internacional, pelo risco de uma reação-em-cadeia. Tal situação obrigou o governo norte-americano a dar garantias aos bancos privados dos EUA e a pedir, ao FMI, maior compreensão para a situação do Brasil.

Procurando demonstrar disposição para um maior diálogo o Presidente Reagan visitou o Brasil em 1982. Na ocasião foram criados cinco grupos de trabalho ^(GT) que não apresentaram resultados práticos aproveitáveis.

Os fracos resultados dos GT ilustram o emprego da tática "low profile" nas relações Brasil-EUA. Ela consiste em resistir as pressões dos EUA sem alarde.

Para ampliar sua margem de manobra internacional, o Brasil se aliou a outros governos latino-americanos em ações multilaterais, como a do Grupo de Contadora, na busca de uma solução negociada para o conflito da América Central, sem jamais criticar frontalmente o apoio político-militar norte-americano aos governos de El Salvador e de Honduras e aos rebeldes anti-sandinistas.

CAPÍTULO 2

RELAÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS ATUAIS

"A política dos Estados Unidos não devia se preocupar em fazer amigos, devia, isso sim, acima de tudo, defender seus interesses".

FOSTER DULLES

SEÇÃO I - RELAÇÕES POLÍTICAS

No passado, os governos brasileiros sempre alimentaram a esperança de que, mantendo um alinhamento automático com os EUA, obteriam uma "parceria prioritária", que conduziria a amplo apoio do governo norte-americano à solução dos problemas econômicos brasileiros. Era a transposição para o campo externo, da filosofia das relações paternalísticas que orientava a política interna do Brasil.

Muitas foram as desilusões, até os brasileiros se convencerem de que o mito da parceria privilegiada era uma falácia. Aliás, pode-se afirmar que, neste século de convivência, apenas em duas ocasiões - durante a Segunda Guerra Mundial e logo após a Revolução de 1964 - os EUA estreitaram o relacionamento com o Brasil. Em ambas, os motivos foram óbvios: na primeira, necessitavam de permissão para estabelecer bases no nordeste brasileiro e de fornecimento de matérias-primas para esforço-de-guerra, e na segunda queriam dar condições ao governo revolucionário para expurgar o comunismo do Brasil.

Nos fins da década de setenta, duas novas realidades no cenário econômico internacional - o declínio da hegemonia dos EUA e o desenvolvimento acelerado da economia brasileira - permitiram que o Brasil tivesse maior liberdade na política exterior e pudesse adotar o "pragmatismo responsável", voltado à conquista de novos parceiros, independente de suas ideologias.

O Brasil, na busca do seu próprio espaço como potência média, em expansão, mantém uma política externa diferente da adotada pelos EUA, que estão mais preocupados em conservar o "status quo" e garantir sua hegemonia no mundo ocidental.

O governo brasileiro, assim como o norte-americano, acredita nos ideais democráticos de igualdade, independência e respeito à diversidade nas relações entre as nações.

Nessa linha de pensamento, o Brasil buscou maior aproximação com a Nicarágua e, mais recentemente, com Cuba, apesar da posição contrária norte-americana. Tais iniciativas não foram atos de contestação aos EUA, mas visaram a uma maior presença brasileira no Caribe, a fim de melhor auxiliar na solução dos conflitos da região.

O êxito da ação brasileira junto ao governo, dito socialista, do Suriname e a boa acolhida à nossa participação no Grupo de Apoio ao Grupo de Contadora demonstraram que, no Caribe, existe um grande espaço inexplorado para ações da diplomacia brasileira.

Na XI Reunião Plenária do Conselho Empresarial Brasil-EUA, realizada em Brasília, em 1 de junho de 1988, foi apresentado pela seção norte-americana do Conselho um relatório "Estados Unidos e Brasil: estruturação de um relacionamento maduro", preparado pelo Centro de Estudos Estratégicos Internacionais (CEEI), em Washington, que propõe uma maior cooperação político-econômico-militar entre os EUA e o Brasil.

O relatório é bastante ambicioso. Propõe a formação de um grupo interparlamentar, apoiado pelo setor privado, que examinaria algumas iniciativas binacionais, como cooperação no combate ao narcotráfico internacional; abordagens comuns para promoção do livre comércio; pesquisa espacial conjunta; desenvolvimento de defesa aérea, terrestre e marítima; compartilhamento de métodos de treinamento para as Forças Armadas brasilei-

ras e patrulhas conjuntas no Atlântico Sul e no chamado "Chifre da África".

O resumo do relatório do CEEI define as expectativas dos norte-americanos em relação ao Brasil: "Os Estados Unidos gostariam de um Brasil que não causasse dificuldades internacionais, fosse receptivo em relação aos EUA e que estivesse preparado para cooperar com Washington em assuntos de interesse e preocupação comuns". Em contrapartida, os EUA prometem "alguma forma de alívio para a dívida" e acenam com a possibilidade de o Brasil superar o Canadá em importância, para os interesses dos EUA (05).

No Relatório está explícito que o Brasil incomoda, atualmente, os EUA no cenário internacional e está implícito o desejo de que abandonemos o "pragmatismo responsável" e retornemos ao "alinhamento automático". Estas duas idéias explicam a pressão desproporcional que os EUA estão exercendo sobre as exportações brasileiras, destinadas não só àquele mercado, mas, até, aos do Terceiro Mundo.

Está explícito, também, uma nova tentativa de acordo militar, visando redoutinar as Forças Armadas brasileiras e militarizar o Atlântico Sul, contrariando a proposta do Brasil, na ONU, de Zona de Paz e Cooperação.

Alguns trechos do relatório do CEEI, transcritos abaixo, retratam perfeitamente a situação atual das relações políticas Brasil-EUA:

- "A tradicional aliança, o apoio e a harmonia nas relações EUA-Brasil foram, cada vez mais, substituídas pela oposição e pela discórdia entre as duas nações";

- "nos EUA, tanto a elite que cria a política externa como a opinião pública, dão menos atenção ao Brasil do que a qualquer outra entidade do sistema internacional, geopoliticamente comparável";

- "O Brasil terá de resistir à tentação de fazer dos Estados Unidos um bode expiatório para suas dificuldades domésticas e internacionais. Por sua vez, os Estados Uni-

dos terão de superar sua falta de atenção para o crescente papel do Brasil no mundo, e resistir ao comportamento que dá a impressão de uma oposição" (15).

A frieza nas atuais relações políticas Brasil-EUA está bem representada no fato de o Presidente José Sarney, durante sua última permanência nos EUA, 5 a 8 de junho de 1988, onde foi discursar na Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Desarmamento, não ter mantido contato com autoridades do governo americano, ao contrário do que acontecia no passado. Em compensação, conversou com o Vice-Presidente Cubano Carlos Rafael Rodriguez (17:28).

SEÇÃO II - RELAÇÕES ECONÔMICAS

Devido à inexpressiva poupança nacional, o parque industrial brasileiro para o seu desenvolvimento dependeu, basicamente, de um fluxo líquido de capital estrangeiro, que se deu, de início, através de investimentos diretos e, desde meados da década de sessenta, através de empréstimos estrangeiros.

Os EUA, além de serem a nossa maior fonte de captação de recursos no exterior, ocupam o primeiro lugar entre os investidores diretos no Brasil e são, individualmente, os nossos maiores parceiros comerciais.

Assim, a economia brasileira, apesar do seu elevado grau de desenvolvimento, oitava no "ranking" mundial, mantém expressiva dependência à economia norte-americana.

Dívida externa brasileira - A balança comercial brasileira que, em 1973, tinha um saldo negativo de sessenta e um milhões de dólares, em 1974, devido à crise de petróleo, apresentou um deficit de quatro bilhões e setecentos milhões de dólares (Tab. nº 2).

O governo para não levar a economia à recessão, contraiu novos empréstimos no mercado financeiro internacional.

Uma grande parte desses empréstimos foram feitos nos ban-

TABELA II

BRASIL: BALANÇO DE PAGAMENTOS E INDICADORES DO COMÉRCIO EXTERIOR
(milhões de dólares)

	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
1. Balança comercial de bens	-252	-61	-4748	-3549	-2385	-100	-1159	-2717	-2823	1184	778	6470
Exportação de bens	3941	6093	7814	8493	9961	11922	12473	15244	20132	23275	20175	21599
Importação de bens	4193	6154	12562	12042	12346	12022	13632	17961	22955	22091	19397	15429
Petróleo cru	344	606	2558	3099	3354	3602	4064	6264	9372	10604	9566	7822
Outros	3249	5548	10004	8943	8992	8420	9568	11697	13523	11487	9831	7607
2. Pagamentos de juros líquidos	-413	-581	-730	-1496	-1811	-2103	-2699	-4108	-6310	-9162	-11353	-9555
3a. Saldo em conta corrente	-1713	-2174	-7560	-6995	-6551	-5115	-7039	-10482	-12848	-11760	-16279	...
3b. Exclusão de lucros reinvestidos	...	...	...	...	...	...	...	...	...	-10993	-14755	-6171
4. Amortizações	-1271	-1676	-1929	-2185	-3017	-4133	-5274	-6553	-6677	-7642	-8098	-7591 a/
5. Serviço da dívida (2 + 4)	-1684	-2257	-2659	-3681	-4828	-6236	-7973	-10661	-12987	-16804	-19451	-17146
6. Necessidade bruta de empréstimos (3b + 4)	...	...	...	...	...	...	...	...	...	18635	22853	16101
7. Liquidez internacional (ao final do período)	4183	6416	5269	4041	6544	7256	11895	9689	6913	7507	3994	4563
8. Dívida externa registrada	9521	12572	17166	21171	25985	32037	43511	49904	53848	61411	70198	80843
Dívida externa registrada e não-registrada	...	...	...	...	...	...	...	...	...	71878	83205	91162
9. Números-índices (1970 = 100)												
Termos de troca de bens FOB/CIF	97.7	106.9	90.9	85.4	92.8	100.8	87.6	79.9	67.4	56.1	54.0	53.9
Poder aquisitivo das exportações de bens	122.6	163.2	142.3	145.1	160.4	185.8	181.5	188.4	200.9	211.9	188.4	217.0
10. Indicadores da dívida:												
Serviço da dívida/exportação de bens (%)	42.8	37.0	34.0	43.3	48.5	52.3	63.9	69.9	64.5	72.2	96.4	78.3
Pagamentos líquidos de juros/exportação de bens (%)	10.5	9.5	9.3	17.6	18.2	17.6	21.6	26.9	31.3	39.4	56.3	43.6
Amortização/exportação de bens (%)	32.3	27.4	24.7	25.7	30.3	34.7	42.3	43.0	33.2	32.9	40.1	34.7
Dívida externa registrada/exportação de bens	2.4	2.1	2.2	2.5	2.6	2.7	3.5	3.3	2.7	2.6	3.5	3.7
11. Outros indicadores:												
Importações de petróleo cru/exportação de bens (%)	8.7	9.9	32.7	36.5	33.7	30.2	32.6	41.1	46.6	45.6	48.7	35.7
(Serviço da dívida + importações de petróleo)/exportações de bens (%)	51.5	46.9	66.8	79.8	82.1	82.5	96.5	111.0	111.1	117.8	145.1	113.0

a/ Inclusive amortizações transformadas em novos empréstimos, num total de US\$ 4.6 bilhões (Projeto 2).

Fonte: 1972-1981: CEPAL, com base em dados do FMI e do Banco Central do Brasil.

1982-1983: Banco Central do Brasil. Programa Econômico Brasileiro; ajustamento interno e externo. Maio de 1984.

cos privados norte-americanos a taxas de juros reais baixas ou negativas, devido a existir, na época, excesso de disponibilidade (petrodólar) para aplicação.

Assim, as dívidas brasileiras passaram a representar grande parte do capital de muitos bancos dos EUA (Tab. nº 3).

Na década de oitenta, as altas taxas de juros no mercado financeiro internacional, sobretudo motivadas pelos elevados deficits nos balanços de pagamento e de comércio dos EUA, ampliaram a dívida externa brasileira a níveis comprometedores.

Como um dos reflexos do Plano Cruzado, as reservas brasileiras em moedas estrangeiras ficaram reduzidas a níveis inferiores aos compromissos com o serviço da dívida, o que obrigou o governo brasileiro a decretar, em fevereiro de 1987, uma moratória unilateral.

A moratória criou uma crise no sistema bancário norte-americano, levando ao estremecimento as relações Brasil-EUA.

A moratória foi suspensa, em janeiro deste ano, com o pagamento dos juros devidos à Comunidade Internacional.

As condições favoráveis, para o Brasil, do recente acordo para reescalonamento de noventa e quatro por cento da dívida brasileira de médio e longo prazo (Anexo A), bem como, a facilidade com que parte da dívida está sendo convertida, em investimentos, inclusive com significativa participação de empresários norte-americanos, demonstram que a crise da moratória já foi superada e a confiança na economia brasileira foi restabelecida.

Apesar da divergência a respeito da moratória ter sido sanada, a crise da dívida externa persiste, aumentando a dependência financeira aos EUA.

Tal vulnerabilidade possibilita o surgimento de pressões econômicas e políticas, explícitas ou implícitas, nas relações bilaterais Brasil-EUA. Nesta situação, o Brasil passou a ado-

TABELA III – DÍVIDA DA ARGENTINA, BRASIL, MÉXICO E VENEZUELA EM RELAÇÃO A ALGUNS DOS PRINCIPAIS BANCOS DOS EUA, DEZ./83
(Em % do capital)

Discriminação	Argentina	Brasil	México	Venezuela	Total dos 4 países	Capital (em US\$ milhões)
Citicorp	16,5	71,2	43,9	22,7	154,3	6 604
Bank of America	4,9*	40,6	44,8	26,4	116,7	6 117
Manufacturers Hanover	41,0	66,1	59,5	33,7	200,3	3 220
Chase Manhattan	17,3	57,2	34,7	27,4	136,6	4 479
J. P. Morgan	18,3	44,1	29,0	11,5	102,9	4 047
Chemical	13,1	45,2	50,1	27,5	135,9	2 821
Bankers Trust	10,2*	32,9	57,0	19,3	119,4	2 257
Continental Illinois	16,7	19,8	29,1	18,2	83,8	2 398

* Estimativa.

Obs.: Dados brutos provenientes de Keefe, Bruyette and Woods Inc.

FONTE: Newsweek, April 9, 1984, p. 36.

tar a tática de "Low Profile (Presença Discreta) que consiste em não atender as solicitações norte-americanas, sem demonstrar discordância entre os dois países (22:212).

O governo do Presidente Nixon usou essa política no seu relacionamento com a América Latina.

Investimentos norte-americanos no Brasil - Os investimentos norte-americanos abrangem, praticamente, todos os setores das atividades produtivas. Nomes como IBM, ESSO, FORD, ATLANTIC, GENERAL MOTORS, XEROX, CATERPILLAR, COCA-COLA, KODAK, SINGER... são por demais conhecidos dos brasileiros (Tab. nº 4).

A importância das subsidiárias das empresas norte-americanas na balança comercial brasileira pode ser avaliada pela participação de seus produtos nas exportações de manufaturados para os EUA, cerca de vinte por cento, no valor de um bilhão de dólares.

Nas recentes operações de conversão da dívida externa brasileira, em capital de risco, os empresários dos EUA arremataram vinte e seis por cento do total leiloadado, o que indica que os norte-americanos, ainda, têm interesse em investir no Brasil.

Tal situação deverá reverter, se não forem alterados os artigos 200, 205 e 206 da Constituição que está sendo elaborada. Esses artigos estabelecem: a distinção entre empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional; o privilégio da empresa de capital nacional em vendas ao governo e às estatais; a nacionalização da exploração mineral; e o fim dos contratos de risco.

A manutenção de tais artigos, além de forçar a saída de capitais estrangeiros empregados em atividades de mineração e de prospecção de petróleo, confirmará a idéia difundida nos meios empresariais, financeiros e de comunicações norte-americanos,

Tabela IV

PRINCIPAIS EMPRESAS EXPORTADORAS PARA OS ESTADOS UNIDOS

Firma exportadora	Regime de propriedade: mais de 50% do capital	Principais produtos exportados para os EUA
<u>Principais exportadores para os EUA entre todas as emp. estab. no Brasil</u>		
Inst. do Açúcar e do Alcool	Empresa estatal	Açúcar
Petrobrás	Empresa estatal	Derivados de petróleo
Philco Rádio e Televisão	Subsid. de empresa estrangeira (EUA)	Rádios para automóveis
Citrosuco Paulista	Empresa privada brasileira	Suco de laranja
Sucocítrico Cutrale	Empresa privada brasileira	Suco de laranja
Cia. Sider. Paulista, COSIPA	Empresa estatal	Chapas de aço-carbono
Embraer	Empresa estatal	Aeronaves de médio curso
Intercontinental Café	Trading privada brasileira	Cafê em grão
Volkswagen do Brasil	Subsid. de empresa estrangeira (RFA)	Motores de combustão interna
Mercedes-Benz do Brasil	Subsid. de empresa estrangeira (RFA)	Caminhões, CKD
Persico Pizzamiglio	Empresa privada brasileira	Tubos e canos de aço
Mineração Rio Norte	Empresa estatal	Bauxita não-calcinada
Interbrás	Trading estatal brasileira	Alcool etílico
Dow Química	Subsid. de empresa estrangeira (EUA)	Prod. quím. orgânicos (epóxis)
Swift Armour	Empresa privada brasileira	Bife processado
Cia. Vale do Rio Doce	Empresa estatal	Minério e concentrado de ferro
Frutesp	Empresa privada brasileira	Suco de laranja
Tristão Cia. Com. Ext.	Trading privada brasileira	Cafê em grão
Cia. Brasil Metal Mineração	Empresa privada brasileira	Minério e concentrado de ferro
Unicafê Cia. Com. Ext.	Trading privada brasileira	Cafê em grão
<u>Subsidiária de empresa norte-americana no Brasil</u>		
<u>Subsidiária</u>	<u>Investidor americano</u>	
Philco Rádio e Televisão	Ford Motor Co., Dearborn (Mich.)	Rádio para automóveis
Dow Química	Dow Chemical Co., Midland (Mich.)	Prod. quím. orgânicos (epóxis)
Cargill Industrial	Cargill, Inc., Minneapolis (Minnesota)	Suco de laranja
Burroughs Eletrônica	Burroughs Corp., Detroit (Mich.)	Microcircuitos eletrônicos
Ligget Myers Cigarros	Ligget Myers, emp. recém-adquirida pela Grand Metropolitan (Reino Unido)	Fumo não beneficiado
Ford Brasil	Ford Motor Co., Dearborn (Mich.)	Motores de combustão interna
General Motors do Brasil	General Motors Corp. Detroit (Mich.)	Máq. p/ trabalhar em metal
Leon Israel Agrícola	Donaldson, Lufkin & Jenrette, N.Y.	Cafê em grão
Reynolds Tabacos	Reynolds Industries, Inc. Winston-Salem (Carolina do Norte)	Fumo não-beneficiado
USIPA	Philipp Brothers, subsid. da Engelhard Minerals & Chemicals Corp., N.Y.	Ferro-gusa
RCA Eletrônica	RCA Corporation, New York	Jiglê eletrônicos
Texas Instr. Eletrôn. do Br.	Texas Instruments, Inc., Dallas (Texas)	Microcircuitos eletrônicos
Becton Dickinson	Becton, Dickinson & Co., Paramus (N.J.)	Equipamentos méd. (rins artif.)
Coca-Cola	Coca Cola Co., New York	Cafê solúvel e instantâneo

Tabela IV. (continuação)

PRINCIPAIS EMPRESAS EXPORTADORAS PARA OS ESTADOS UNIDOS

Firma exportadora	Regime de propriedade: mais de 50% do capital	Principais produtos exportados para os EUA
<u>Subsidiária de empresa norte-americana no Brasil</u>		
Amazonas Compensadas Laminadas	Georgia Pacific Corp. Portland (Oregon)	Prod. de madeira (compen.)
Metalquímica da Bahia	Xerox Corp., Stamford (Conn.)	Prod. quím. p/ fotografia
Gecomol	Westway Trading Corp., Englewood Cliffs (New Jersey)	Melaço de cana
Caterpillar Brasil	Caterpillar Tractor, Peoria (Illinois)	Tratores para estradas
McFadden	Valmac Industries, Memphis (Tennessee)	Cafê em grão
TRW do Brasil	TRW Inc., Cleveland (Ohio)	Mot. comb. int. e peças
Borg Warner do Brasil	Borg Warner Corp., Chicago (Illinois)	Peças p/ veíc. automot.
Anderson Clayton	Anderson, Clayton & Co., Houston (Texas)	Cafê em grão
Armada Fumos	Thorpe & Ricks, Inc.	Fumo não beneficiado
Kodac Brasil	Eastman Kodac, Rochester (N.Y.)	Cinzas/resíduos com metal
Soc.Bras.Benefic. de Chã	Nabisco Brands Co.	Chã
Singer Brasil	Singer Co., N.Y	Máquinas de costura
Hughes Tool do Brasil	Hughes Tools Co., Houston (Texas)	Aces. p/ máq. de trab. metal
Equipamentos Clark	Clark Equipment Co., Buchanan (Mich.)	Peças p/ veíc. automot.
Hewlett-Packard do Brasil	Hewlett-Packard, Palo Alto (Cal.)	Calculadoras de bolso
Xerox do Brasil	Xerox Corp., Stamford (Connecticut)	Máquinas copiadoras
Remington	Sperry Rand Corp., N.Y	Máq. de escrever portátil
Monroe Auto Peças	Tenneco Inc., Houston (Texas)	Peças p/ veíc. automot.
NCR do Brasil	NCR Corp., Dayton (Ohio)	Máq. p/ contar moedas
Du Pont do Brasil	Du Pont de Nemours, Wilmington (Del.)	Compostos de amido
Lawton Madeiras Amazônia		Compensados
Bendix do Brasil	Bendix Corp., Southfield (Mich.)	Bombas de vácuo
Torrington Brasil	Ingersoll Rand Corp., Woodcliff Lake (New Jersey)	Máquinas têxteis
IBM Brasil	IBM Corp., Armonk (N.Y.)	Equip. p/ processamento de dados e peças

Fonte: CACEX

"Quem é quem na Economia Brasileira", Ano XXXII, nº 35-A, agosto de 1983, 514 p.

BERNET, Jean, Guia Interinvest: O Brasil e o Capital Internacional, INTERINVEST, C. 1983, 964 p.

de que o Brasil é um país que hostiliza o investidor estrangeiro". Evidente, que nessas condições, os investimentos estrangeiros se retrairão, com grandes prejuízos para a economia brasileira (10).

Analizando a questão sem emoções nacionalistas, constata-se que os contratos de risco estão sendo excelente negócio para o Brasil. Nestes nove anos, têm servido para a PETROBRAS saber, a custo zero, onde não existe petróleo no país. As empresas, na maioria multinacionais, já gastaram um bilhão setecentos milhões de dólares inutilmente em prospecção (33).

A fim de evitar a permanência desses artigos, as multinacionais instaladas no Brasil resolveram investir dois milhões de dólares na organização de um "lobby", visando a esclarecer aos constituintes, governadores, ministros e à população, os prejuízos para a economia brasileira de tais imposições constitucionais (38).

O temor dos empresários norte-americanos é que, numa onda de xenofobismo, outros setores da economia brasileira venham a ser fechados ao capital estrangeiro.

A Câmara de Comércio dos EUA demonstra que os investimentos de empresas norte-americanas no Brasil caiu de oito bilhões e cem milhões de dólares, em 1985, para sete bilhões novecentos milhões de dólares, em 1987 (43).

O fato de o governo brasileiro ter normalizado suas relações com a comunidade financeira internacional e de ter instituído uma nova política industrial, já está contribuindo para a volta dos investimentos estrangeiros.

Empresários brasileiros e norte-americanos prevêem que, em 1989, grupos dos EUA investirão no Brasil cerca de três bilhões de dólares, metade através da conversão da dívida externa em capital de riscos e o restante, em investimentos diretos (58).

Intercâmbio comercial Brasil-EUA - Dentro das relações que mantemos com os EUA, a que apresenta maior deterioração, na atualidade, é a comercial.

Tal situação não existia no passado. Foram as subsidiárias das empresas estrangeiras, sobretudo norte-americanas, estabelecidas no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, as pioneiras das exportações brasileiras de manufaturados para os EUA. Naquela época, o mercado norte-americano estava relativamente aberto para os produtos brasileiros.

O modelo "exportador" adotado pelo Brasil, previa que a manutenção de altas taxas de crescimento das exportações era fundamental para o desenvolvimento industrial e econômico do país, para o financiamento das importações e para o pagamento do serviço da dívida externa.

A vulnerabilidade do modelo seria comprovada logo após a segunda crise do petróleo, quando os países industrializados, ao adotarem medidas recessivas, restringiram suas importações.

Os EUA ao valorizar o dólar, face as altas taxas de juros reais, tirou a competitividade de seus produtos para exportação. A fim de evitar as importações, sobretudo de produtos de mão-de-obra intensiva, provenientes de países onde o salário era baixo, como no Brasil, surgiram fortes pressões nos EUA para a imposição, com mais vigor, das proteções previstas na Lei de Comércio de 1974.

Para limitar as importações, foram estabelecidas nos EUA, inicialmente, "restrições voluntárias" e, posteriormente, foram impostos "direitos compensatórios".

A longa recessão norte-americana e as altas taxas de crescimento das exportações brasileiras provocaram maior pressão em favor de restrições à importação de produtos brasileiros, a despeito da nossa taxa de penetração naquele mercado permanecer inferior a dois por cento. Nesse período recrudescem al-

guns contenciosos (produtos siderúrgicos, calçados e têxteis), que foram contornados por negociações.

O comércio bilateral Brasil-EUA reflete a composição do comércio exterior de ambos os países. As principais exportações norte-americanas para o Brasil são os produtos agropecuários (principalmente trigo), produtos de tecnologia avançada e serviços. As exportações brasileiras para os EUA estão compostas, principalmente, por produtos tropicais (café, açúcar, cacau), produtos agroindustriais, dependentes de insumos baratos (suco concentrado e congelado de laranja), produtos industriais de aplicação intensiva de mão-de-obra (calçados e têxteis), produtos processados por indústrias que se utilizam de técnicas já amadurecidas (produtos siderúrgicos) e produtos de tecnologia avançadas (material de transporte).

A queda da participação dos produtos norte-americanos nas importações brasileiras de manufaturados foi consequência de a industrialização do Brasil ter sido orientada pela política de substituição de importações.

Assim, além de perdermos muito da complementaridade que tínhamos com a economia norte-americana, atingimos o campo da competitividade em alguns dos mais sensíveis itens brasileiros de exportação (produtos siderúrgicos, suco de laranja concentrado, açúcar, café industrializado, aviões,...), que são os alvos prediletos dos norte-americanos nas ameaças de retaliações.

Apesar do clima de tensão nas relações comerciais Brasil-EUA, é importante considerarmos que os EUA continuam sendo, individualmente, nosso principal parceiro comercial.

Os resultados do intercâmbio comercial Brasil-EUA, em 1987, foi acima das expectativas, resultando num saldo favorável ao Brasil no valor de quatro bilhões e treze milhões de dólares. A corrente de comércio entre os dois países alcançou um to-

tal de dez bilhões e quinhentos e dez milhões de dólares, superando em dez vírgula vinte e cinco por cento o valor alcançado em 1986.

Os EUA absorveram vinte e sete vírgula noventa e três por cento de todas as exportações brasileiras, em 1987, num valor de sete bilhões trezentos e vinte milhões de dólares.

Das nossas exportações setenta e cinco por cento eram produtos manufaturados, onze por cento produtos semimanufaturados e, apenas quatorze por cento eram produtos primários (61).

A importância do mercado norte-americano é, ainda, maior para o Brasil devido ao fato de absorver maior valor de produtos manufaturados brasileiros do que a Comunidade Econômica Européia (CEE) e a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) juntas.

Desde 1981, nossa balança comercial com os EUA apresenta saldos significativos, fato que muito contribuiu para o comportamento positivo dos nossos saldos comerciais globais, a partir daquele ano.

Por outro lado, a influência do mercado brasileiro para os EUA é muito reduzida. Menos de dois por cento das importações norte-americanas são provenientes do Brasil e, apenas, um vírgula quatro por cento das exportações dos EUA são absorvidas pelo Brasil. Portanto, esse intercâmbio bilateral, que representa vinte e cinco por cento do nosso comércio internacional, é muito mais importante para o Brasil do que para os EUA. Tal situação permite que ameaças de restrições comerciais possam ser usadas como pressões políticas.

As barreiras impostas pelos EUA, sistematicamente, aos produtos brasileiros, têm causado sérios prejuízos para nossa economia. No período de 1979-1982, as exportações brasileiras sofreram vinte e um processos protecionistas. Em 1983, cerca de um terço das nossas exportações para o mercado norte-americano

era sujeito a alguma forma de restrição (13:13). Em 1984 e 1985 aquelas limitações impediram a entrada de dois bilhões se tezentos milhões de dólares em produtos do Brasil (61). Recentemente, as ameaças de retaliação dos EUA em represália à política brasileira de informática, desde novembro de 1987, causaram prejuízo de quinhentos milhões de dólares em mercadorias que não foram comercializadas (45).

A esse quadro de dificuldades, devem ser acrescidas as repercussões, para o Brasil, de Novo Acordo de Livre Comércio firmado entre os EUA e o Canadá, em janeiro deste ano, que criou uma Zona de Livre Comércio (ZLC) em toda a fronteira.

As isenções tarifárias e outros incentivos que serão conce didos aos produtos canadenses irão afetar as exportações brasi leiras de peças e acessórios de automóveis para o mercado norte-americano.

De forma semelhante, deverá ser instalada uma ZLC na fronteira dos EUA com o México.

Estimativas do governo dos EUA indicam que será possível desviar para essas ZLC, nos próximos cinco anos, importações da ordem de vinte e cinco bilhões de dólares provenientes de países com os quais mantêm elevados deficits comerciais (Japão, Coréia do Sul, Brasil,...).

Outro fator preocupante é a insistência do Congresso dos EUA em ampliar as medidas protecionistas, atendendo as pres sões de empresários e sindicatos.

Até hoje, o governo Reagan conseguiu evitar que maiores me didas protecionistas fossem adotadas. Assim, vetou o projeto da nova Lei de Comércio Exterior, muito mais restrita que a de 1974, e suspendeu as ameaças de retaliação aos produtos bra sileiros referentes ao "contencioso da informática". Entretanto, deve ser levado em conta que seu substituto na Presidência dos EUA pode não ter idéias comerciais liberais.

Nem bem esfriou o "contencioso da informática", já está sendo noticiado o "contencioso dos fármacos", com novas ameaças de retaliações por parte dos EUA. Quando esse estiver resolvido, outros surgirão. É o preço que o Brasil tem de pagar para garantir sua presença no competitivo mercado dos EUA.

Assim, as dificuldades provenientes das medidas protecionistas, agravadas pela ativação das Zonas de Livre Comércio nas fronteiras dos EUA, deverão afetar, de maneira crescente, as exportações do Brasil para o mercado norte-americano.

CAPÍTULO 3

PONTOS DE DIVERGÊNCIA

SEÇÃO I - PROTECIONISMO OU LIVRE COMÉRCIO

A opção entre o protecionismo e o livre comércio nos países industrializados, como os EUA, é tarefa bastante complexa. Exportadores, importadores e o setor bancário em geral, apóiam a manutenção de um sistema de livre comércio, enquanto que determinados setores da economia, sindicatos e os políticos de áreas com alta taxa de desemprego, favorecem a linha protecionista.

Os órgãos do governo, envolvidos diretamente na política comercial, sofrem diferentes pressões e, portanto, apresentam pontos de vista diversos.

Assim, é natural que os congressistas norte-americanos, influenciados por suas bases eleitorais, voltem-se para o protecionismo, enquanto que o Presidente Reagan, mais vinculado às grandes empresas e ao sistema bancário, adote uma linha menos restritiva para o comércio internacional.

O comércio internacional livre e justo, se é que existiu em alguma época, na atualidade está totalmente distorcido por práticas discriminatórias, de uso generalizado. Tanto nos EUA, como na Comunidade Econômica Européia (CEE), no Japão e em outros países, inclusive no Brasil, as decisões de importar são tomadas por critérios políticos, administrativos ou casuísticos.

Amparados por uma legislação protecionista, os EUA utilizam-se de uma série de medidas visando limitar as exportações brasileiras, a pretexto de proteção da indústria norte-americana.

As tarifas, extremamente baixas nos EUA, não são o princi-

pal instrumento do protecionismo. Esse é feito através de restrições não-tarifárias, sob as formas de direitos compensatórios, cotas e acordos "voluntários" de limitações:

Os direitos compensatórios são aplicados quando são detetados subsídios por parte dos países fornecedores. O sistema de cotas, ou de restrições quantitativas de valores, estabelece limites que podem ser importados durante um período de tempo específico. Finalmente, as limitações "voluntárias" são acordos impostos aos exportadores, restringindo certos produtos por meio de cotas.

Na realidade, tanto o sistema de cotas quanto as limitações "voluntárias" estabelecem reservas de mercado, contra as quais os EUA tanto combatem quando são estabelecidos por outros países.

O protecionismo faz parte de uma estratégia maior dos EUA visando reconquistar sua hegemonia econômica no mundo ocidental. Dentro dessa estratégia, dois objetivos foram traçados para suas relações comerciais: equilíbrio da balança comercial e liberalização para os bens de alta tecnologia, serviços e fluxos de investimentos.

Equilíbrio da Balança Comercial - A política recessiva adotada pelos países desenvolvidos, em 1979, agravou a situação da balança comercial norte-americana, que já apresentava deficits crescentes desde 1976.

A valorização do dólar, provocada pela elevação das taxas de juros, reduziu a competitividade das exportações norte-americanas e incentivou as importações.

O Brasil, aproveitando-se da conjuntura expandiu sua participação no mercado dos EUA, alcançando, em 1981, superavit nas relações de comércio bilateral.

Nos EUA, o crescimento da taxa de desemprego, devido à re-

ressão, fez com que inúmeros processos protecionistas fossem abertos, visando limitar as importações.

As denúncias mais comuns contra os produtos brasileiros eram: prática de "dumping" e subsídios.

O "dumping" consiste em vender o produto abaixo do preço do mercado, dentro de uma política empresarial de preços diferentes para mercados diferentes.

Os manufaturados brasileiros tinham preços bem inferiores aos norte-americanos, mas não devido ao "dumping" e sim aos seus custos serem realmente menores.

No setor de calçados, enquanto o salário de um operário especializado é de oito dólares/hora, no Brasil é de noventa centavos de dólar/hora.

No setor de produtos siderúrgicos, além de os nossos salários serem muito mais baixos que os dos norte-americanos, o parque siderúrgico brasileiro era novo e eficiente, enquanto que boa parte do parque dos EUA estava obsoleto, na época.

Apesar de não haver razão, os EUA aplicaram aos dois produtos tarifas de direitos compensatórios. Para evitar sobretaxas, o Brasil criou, em 1983, o Imposto de Exportação. Como apesar disso, as exportações brasileiras desses itens crescessem, os EUA estabeleceram cotas para os produtos brasileiros.

Os subsídios à exportação, que o governo brasileiro concedia, sobretudo aos produtos agrícolas, através de créditos fiscais, foram suspensos em 1984.

A existência de subsídios devia-se à relutância do governo em manipular a taxa de câmbio, face ao risco de acelerar a inflação-

O falso moralismo norte-americano contra os subsídios brasileiros, sob a alegação de prática desleal de comércio, foi comprovado pela adoção, em 1986, do "Export Enhancement Program" (Programa de Incentivos às Exportações), que coordena

os subsídios do governo dos EUA aos exportadores (51:16).

Recente relatório do Banco Mundial revela que os EUA concederam à agricultura, em 1987, subsídios diretos no valor de vinte e cinco bilhões de dólares, representando dezessete por cento do deficit público norte-americano (26).

Os subsídios dos EUA além de desorganizarem vários mercados agrícolas, como o do açúcar, destruíram o mercado brasileiro de frangos no Oriente Médio (Egito e Iraque) e estão causando sérios prejuízos às nossas exportações de óleo de soja. Em virtude de os contatos bilaterais não terem surtido efeito, o Brasil apresentará ao "General Agreement on Tariffs and Trade (GATT) - Acordo Geral de Tarifas e Comércio - uma representação contra os EUA (25).

A persistência com que o Brasil está sendo alvo das pressões norte-americanas nos EUA e nos mercados do Terceiro Mundo, leva à suspeita de que existe algo mais sério em jogo do que um simples equilíbrio comercial.

Os produtos brasileiros representando apenas um vírgula cinco por cento das importações dos EUA, estão longe de ser os responsáveis pelo elevado deficit da balança comercial norte-americana (cento e sessenta bilhões de dólares em 1987). Mesmo porque, todo o superavit brasileiro, dessa relação bilateral, retornou aos EUA sob a forma de "royalties", dividendos e serviço da dívida.

Rodada Uruguai do GATT - Na economia internacionalizada do mundo atual, o comércio exterior é fundamental à economia norte-americana.

Para os EUA, a exportação de bens de alta tecnologia e de serviços, juntamente com o retorno proveniente de investimentos diretos no exterior, têm apresentado um substancial superavit que tende a compensar o deficit do restante do seu comércio

cio internacional.

Os lucros remetidos por investimentos no exterior, representam grande parte dos lucros totais das empresas multinacionais norte-americanas. As transações dessas empresas com suas subsidiárias no exterior, respondem por um terço de todas as exportações dos EUA.

Na busca de uma abertura maior de mercado, em 1982, os EUA propuseram no GATT um novo ciclo de negociações comerciais multilaterais, que teve início em 1986, sob a denominação de Roda da Uruguai, para inclusão no Acordo de três temas: serviços, propriedade intelectual e investimentos. Em contrapartida, propunham que os países desenvolvidos reduzissem as restrições ao comércio de bens.

O Brasil não concordou por considerar que uma negociação multilateral sobre comercialização de serviços - bancos, seguros, comunicações, serviços de informática, consultoria, fluxo de dados transfronteiriços, engenharia,... - visa anular políticas nacionais legítimas (41).

Além do mais, a proposta dos EUA era uma troca desigual, entre concessões de produtos, nos mercados desenvolvidos e concessões de serviços nos países do Terceiro Mundo.

Outro ponto negativo é o fato de as transações internacionais na área de serviços, quase sempre, exigirem o estabelecimento de filiais no exterior. Assim, junto à proposta de liberalização total dos fluxos de investimentos, que anularia qualquer lei de remessa de lucros, estava a criação do "direito de estabelecimento", ou seja, o direito de o investidor estrangeiro estabelecer-se, sem restrições, em qualquer segmento da atividade econômica de qualquer país.

Por outro lado, para os EUA, assegurar a liberalização dos mercados de serviços e a proteção da propriedade intelectual é fundamental, pois são os itens que mais cresceram na sua economia,

Assim, a posição do Brasil, liderando os países do Terceiro Mundo, contrária à proposta dos norte-americanos, causou abalo nas relações Brasil-EUA.

As divergências aumentaram com a promulgação, em outubro de 1984, da Lei brasileira que estabeleceu a reserva de mercado para a produção, no país, de micro, mini e superminicomputadores, a vigorar por oito anos.

A tensão comercial ampliou-se no período de 1985-1988, com um contencioso comercial Brasil-EUA envolvendo o campo da informática. O contencioso pode ser dividido em duas fases: da suspeição e da denúncia.

Na primeira (SET 85-JUN 87) o governo dos EUA, pressionado pelas multinacionais, abriu investigações para apurar as consequências da reserva de mercados brasileiro para o comércio norte-americano e o grau de proteção da propriedade intelectual. As investigações foram suspensas após o governo brasileiro garantir maior transparência na lei, não estender a reserva a outras áreas, nem prorrogar a reserva da informática após 1992 e o Congresso Nacional aprovar a Lei do "Software". Durante todas as investigações pairaram, como elemento de pressão, as ameaças de retaliações aos produtos brasileiros.

Na segunda (SET 87-JUN 88), a empresa norte-americana Microsoft alegou prejuízos de cento e cinco milhões de dólares pela não comercialização do programa MS-DOS no Brasil. Em novembro de 1987, o governo dos EUA divulgou uma lista de produtos brasileiros sujeitos a serem retaliados. A retração das exportações brasileiras, à simples divulgação, acarretou prejuízos de quinhentos milhões de dólares.

As medidas brasileiras de licenciar o sistema operacional MS-DOS-3.3 da Microsoft e a adoção do "Copyright" (Direito Autoral) como forma de proteger a autoria do programa de computador, facilitaram a suspensão da investigação (36).

Outro fator que pesou na decisão dos EUA foi o acordo do governo brasileiro com os banqueiros internacionais, sobretudo norte-americanos.

As divergências comerciais Brasil-EUA foram bem retratadas no contencioso de informática:

- o conceito de reciprocidade do "Trade Act-1984" classifica de desleal toda prática comercial que implique em restrições aos produtos dos EUA e apóia a adoção de represálias à altura. Dentro do princípio de "levar vantagem em tudo", os EUA queriam aplicar esse conceito no contencioso comercial Brasil-EUA, face às multinacionais norte-americanas terem perdido parte do mercado brasileiro de informática (noventa e cinco por cento em 1982 e quarenta e nove por cento em 1986), (49:6) apesar dos seus faturamentos terem crescido trinta e dois por cento ao ano.

- na conquista de mercados externos, os EUA não medem consequências e são capazes de adotar retaliações contra empresas privadas, que nada têm a ver com o setor em disputa, numa atitude moral semelhante ao terrorismo.

- o contencioso da informática tinha uma dupla finalidade para os EUA: a curto prazo, reverter a política brasileira para o setor, limitando a expansão das empresas nacionais e, a longo prazo, forçar o governo brasileiro a aceitar a inclusão no GATT dos temas propostos (serviços, alta tecnologia e investimentos) em 1984.

O endurecimento das posições norte-americanas, foi um recado claro de que a administração Reagan teme que o Brasil crie um precedente e incentive outros países em desenvolvimento, que já adquiriram certo nível tecnológico, a fechar seus mercados para protegerem suas indústrias domésticas.

Novo contencioso comercial Brasil-EUA deverá ocorrer em breve, envolvendo proteção à propriedade intelectual na área

dos fármacos, face às recentes pressões da Pharmaceutical and Manufactures Association (PAA). Esse contencioso deverá ser so lucionado como os anteriores, graças às hábeis negociações da nossa diplomacia, apoiadas por atuante "lobby" empresarial bra sileiro nos EUA.

SEÇÃO II - POLÍTICA NUCLEAR

O domínio da tecnologia do ciclo completo de combustível nu clear assume significação estratégica para qualquer país, por abranger os campos econômico, militar e político.

No campo econômico, esse domínio assegura o fornecimento do combustível necessário ao funcionamento de reatores nucleares, importantes fontes de energia elétrica em futuro próximo, e de reatores de pesquisa, fabricantes de radioisótopos, com larga aplicação na indústria, agricultura e medicina. Essa importância faz com que o atual mercado de combustível nuclear esteja orçado em sessenta bilhões de dólares. A esse mercado, deve ser acrescido o de reatores nucleares, de valor semelhante.

A importância no campo militar é óbvia, não só para a fabricação de artefatos nucleares mas, também, porque reatores nucleares aumentam a capacidade operacional dos navios de guer ra, sobretudo, dos submarinos de ataque.

A significação política é decorrente das outras duas. O país detentor da tecnologia nuclear é mais independente economicamente, tem capacidade de resposta militar e, portanto, tem mais autonomia política.

Por todos esses fatores, os EUA sempre procuraram vedar, não só ao Brasil, mas a todos os países, o acesso ao domínio da tecnologia nuclear.

Uma retrospectiva se faz necessária para entendermos o relacionamento Brasil-EUA na área nuclear.

Em 1945, dentro da política de "alinhamento automático", a delegação brasileira na ONU, apesar de contrariar os interesses brasileiros, apoiou o "Plano Baruch" que estipulava o controle dos meios de produção de energia atômica, o impedimento de difusão do "know-how" nuclear e a internacionalização das áreas de mineração de urânio e de tório. Para apaziguar a delegação brasileira, os EUA elegeram para a presidência da Comissão de Energia Nuclear da ONU o Comandante Alvaro Alberto, chefe dos especialistas contrários ao Plano.

A partir daquela época, qual relacionamento paternalista, sempre que o Brasil atendeu aos interesses dos EUA recebeu uma recompensa; caso contrário, uma punição.

Em 1950 os EUA e a URSS incentivam a criação da Agência Internacional de Energia Atômica na ONU. Em 1953, o governo Eisenhower lança o Programa "Átomos para Paz" que tem franco apoio do Brasil. Assim, os EUA fornecem, a preço simbólico, ao Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN), da Universidade de São Paulo (USP) um reator tipo piscina, que funciona com elementos combustíveis tipo placa, com noventa por cento de enriquecimento de Urânio 235. Mais tarde, sentindo a vulnerabilidade de fornecer ao Brasil Urânio 235 com tal enriquecimento, os EUA alteraram o projeto para enriquecimento a vinte por cento.

Em 1954 o Comandante Alvaro Alberto tenta remeter ao Brasil uma série de ultracentrífugas, no que foi impedido pelo Comando dos EUA na Europa. Após muitas dificuldades, foi possível remeter três unidades, que foram enviadas para o Instituto de Pesquisa Tecnológica de São Paulo (IPT). Posteriormente, por pressões dos EUA, foram colocadas num compartimento selado, onde permaneceram vinte anos.

Como consequência da crise dos mísseis de Cuba (1962), foi firmado o Tratado de Tlatelolco que prevê a desnuclearização

da América Latina. O Brasil, apesar de tê-lo ratificado, condicionou seu cumprimento à adesão das potências nucleares, EUA e França, que possuem possessões no Continente.

Em 1986, o Brasil se recusou a assinar o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que só beneficia as superpotências e demais detentores da tecnologia.

Em 1974, o Brasil contrata com a empresa norte-americana Westinghouse a construção de um primeiro reator de potência em Angra dos Reis/RJ (Angra I com seiscentos e vinte e sete MWe). Constava ainda um contrato em paralelo (1972) no qual os EUA se comprometiam a fornecer combustível nuclear para Angra I enquanto estivesse em condições de operar.

Logo, os brasileiros perceberam que ficariam na eterna dependência, em virtude de as administrações dos EUA terem sempre se recusado a transferir tecnologia sensível, na área nuclear. Assim, o Brasil buscou um parceiro na Europa e, em 1975, foi assinado com a KWU da República Federal Alemã (RFA) um contrato de transferência do ciclo completo de produção nuclear.

Em 1976, o Brasil foi informado de que nova legislação dos EUA proibia a entrega de combustível nuclear aos países não signatários do TNP. Em decorrência, o Brasil rescindiu o contrato de fornecimento, tendo os EUA tentando impor-nos a multa contratual, que não foi paga.

O Brasil e a RFA tiveram de resistir às pressões dos EUA, voltadas à anulação do acordo ou à inclusão de cláusulas de controles multinacionais. Aumentando o cerco ao Brasil, os EUA pressionam o consórcio URENCO formado pela RFA, Grã-Bretanha e Holanda, para que não atendesse às necessidades brasileiras na área nuclear. Era a forma de obrigar o Brasil a participar do TNP e de restringir nosso desenvolvimento nuclear.

Estava formado o contencioso político/econômico na área nuclear entre Brasil-EUA.

Durante a visita do Presidente Reagan, em 1982, os EUA ao proporem o "perdão" da multa referente à rescisão de contrato do combustível nuclear e à liberação da URENCO para o fornecimento, confirmaram o cerco feito pelo governo Carter ao Brasil.

Durante a visita, foi criado um grupo de trabalho (GT) sobre Cooperação em Energia Nuclear. O relatório do GT, divulgado em 1984, define algumas metas para uma maior cooperação; contudo, reconheceram que as divergências profundas nas políticas internas dos dois países, na área nuclear, não permitiram a formalização de qualquer acordo.

Na atualidade os EUA têm mantido uma posição bastante discreta em relação aos desenvolvimentos brasileiros na área nuclear. As pressões norte-americanas têm sido no sentido de bloquear ou dificultar o fornecimento de equipamentos sensíveis, sobretudo, para controle de processo.

Com o programa nuclear oficial (Brasil-RFA) bastante arrefecido, por falta de verbas e baixos índices de sucesso, as atenções voltam-se para o programa nuclear autônomo, que não possui qualquer restrição de controle internacional e, efetivamente, tem como um dos seus objetivos a construção de um submarino nuclear de ataque.

Os EUA têm procurado influenciar a equipe que está trabalhando no programa nuclear autônomo, mas não têm tido sucesso, como demonstrou o reitor da USP - Dr. José Goldemberg - ao divulgar uma carta enviada pelo professor Marvin Müller, do "Massachusetts Institute of Technology", argumentando que o Brasil não necessita ter um submarino de propulsão nuclear.

Evidente que esta tranquilidade é apenas aparente. As pressões deverão recrudescer quando o processo de enriquecimento de urânio, em escala industrial, tiver sido alcançado e sobretudo, se houver o domínio do processo de reprocessamento.

CAPÍTULO 4

RELAÇÕES MILITARES

SEÇÃO I - ANTECEDENTES

O papel do continente americano sempre foi considerado na formulação da política externa dos EUA, como bem demonstram a Doutrina Monroe e seus corolários.

O Esquadrão do Brasil, criado em 1826, era o instrumento da Marinha norte-americana para execução da política externa dos EUA, na área do Atlântico Sul. Surto no Rio de Janeiro, tinha como missão mostrar a bandeira, abrir novos mercados e proteger os interesses dos EUA na região (65:86).

Apesar da presença do Esquadrão em águas brasileiras, durante todo o Império, a Marinha do Brasil permaneceu sob influência britânica. Tal situação só sofre alteração com o advento da República e o franco apoio dos EUA aos governos republicanos.

Assim, por ocasião da Revolta da Armada, em 1893, constata-se uma disputa de influência entre britânicos e norte-americaunos. Enquanto os navios de guerra britânicos, fundeados no Rio de Janeiro, apoiavam a esquadra revoltada do Almirante Saldanha, o Esquadrão do Brasil apoiava o Presidente Floriano Peixoto (48:417).

Apesar das aproximações do Barão do Rio Branco em direção aos EUA, foi na Grã-Bretanha que o Brasil foi adquirir a "Esquadra de 1910". Tal fato despertou nos norte-americanos a necessidade de maior aproximação. Assim, em 1910, se estabeleceu no Brasil, o primeiro Adido Naval dos EUA para a América Latina. O passo seguinte para o envolvimento, ocorreu com a autorização, em 1914, para que dois oficiais norte-americanos servissem, como instrutores, na recém criada Escola Naval de Guerra (ENG).

Durante a Primeira Guerra Mundial, o relacionamento militar-naval Brasil-EUA foi intensificado. Por influência norte-americana foram criadas a Flotilha de Submarinos, em 1914, e a Escola de Aviação Naval, em 1916. Alguns tenentes brasileiros foram estagiar em navios norte-americanos em operações de guerra no Atlântico Norte. Atendendo a solicitação da Marinha do Brasil, foram agregados, em 1918, à Embaixada dos EUA, no Rio de Janeiro, cinco oficiais - Comissão Naval Americana (CNA) - para ministrar instrução de armamento e direção de tiro, na ENG.

Após a guerra, em 1919, a administração naval, influenciada pela Comissão Naval Americana, decide enviar os encouraçados São Paulo e Minas Gerais aos EUA, para reparos e modernização.

O desejo de modernização da Marinha difundido pelos oficiais brasileiros que regressaram do estágio nos navios norte-americanos e da comissão de reparos dos encouraçados, teve como resposta a contratação, em 1922, da Missão Naval Americana, que absorveu a CNA.

A Missão interveio, praticamente, em todos os setores da Marinha. Sua primeira tarefa foi reorganizar a ENG nos moldes do U.S. Naval War College. O vínculo da Missão Naval Americana com a Escola Naval de Guerra foi decisivo para a moldagem do pensamento naval brasileiro nos padrões norte-americanos.

As atividades da Missão foram interrompidas, em 1931, mais em represália à recusa dos EUA de apoiarem os revolucionários durante o movimento, do que a alegada medida de economia (65:89). A dispensa da Missão teve forte reação por parte da Marinha, indicando a grande dependência que havia. Assim, foram mantidos dois instrutores norte-americanos na Escola de Guerra Naval - EGN (nova denominação da ENG).

No início da década de 1930, o Brasil tentou adquirir nos

EUA oito contratorpedeiros, construídos no final da Grande Guerra, mas não teve êxito, face os EUA terem cedido às pressões do governo argentino, quanto a um possível desequilíbrio do cone sul. A negativa de fornecimento por parte dos EUA, além de ter repercutido desfavoravelmente, obrigou à Marinha a encomendar os navios na Grã-Bretanha, que só não foram entregues devido a eclosão da guerra.

Após a Intentona Comunista (1935), o governo brasileiro se aproxima mais da Alemanha. O Exército Brasileiro busca o mercado alemão para se equipar, principalmente, quanto a artilharia de campanha.

Os EUA, preocupados com o crescimento das influências britânica e alemã, buscam maior envolvimento com o Brasil, oferecendo, juntamente com os Serviços da Missão Naval Americana, os planos dos modernos contratorpedeiros classe "Cassin", por preço simbólico. O governo brasileiro aceitou ambas as ofertas. Assim, em 1936, a Missão Naval Americana é reativada e, em 1937, três contratorpedeiros estavam sendo construídos no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ).

Os EUA não só cederam os planos dos navios, como adestraram os operários brasileiros e deram assistência técnica durante a construção. O Brasil abriu um escritório de compras em Nova Iorque.

Em 1942, todas as Missões das Forças Armadas dos EUA no Brasil passaram a fazer parte da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Durante a guerra, os oficiais da Missão serviram como elementos de ligação entre as forças operativas brasileiras e norte-americanas.

O Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial extremamente despreparado, tanto no campo econômico, quanto no militar. A Marinha estava em crise, apresentando sérias deficiências em capacitação e em material.

Os exercícios e jogos de guerra da EGN, ministrados pelos oficiais norte-americanos eram sempre voltados aos combates de superfície. As incursões de submarinos eram, simplesmente, ignoradas. Assim, a Marinha não havia desenvolvido qualquer tática de defesa anti-submarino. (35:217).

Os navios eram em número reduzido; sendo a maioria obsoletos e inadequados à guerra anti-submarina. A esquadra só contava com a base de Rio de Janeiro para apoio. Enfim, a Marinha não tinha condições de defender nossos navios mercantes, portos e litoral. Assim, o governo, em 1942, determinou que os navios mercantes brasileiros fossem recolhidos aos portos (40:28).

Por necessitar do transporte das matérias-primas brasileiras, os EUA assumiram a missão de escoltar os comboios com a Força do Atlântico Sul, que recebeu sob seu comando a Força Naval do Nordeste.

Face ao Brasil não dispor dos meios necessários à proteção do tráfego marítimo, durante o período de 1942-1945, os EUA forneceram ao Brasil, baseado na Lei de Empréstimos e Arrendamentos, vinte e quatro navios apropriados à guerra anti-submarino (64:126). Ainda no campo do material, os norte-americanos expandiram e aparelharam bases navais e aéreas no norte e nordeste. Para sanar o despreparo do pessoal, ministraram instrução e adestramento aos oficiais e praças brasileiros, na tática anti-submarino. Assim, a influência dos EUA sobre o Brasil, durante a guerra, evoluiu para uma completa dominação.

SEÇÃO II - O APÓS-GUERRA

O desafio que a Marinha do Brasil teve que vencer para se afirmar no Atlântico Sul, durante a Segunda Guerra Mundial, influenciou de tal forma a oficialidade que, por mais de trinta anos o pensamento naval brasileiro ficou voltado para defesa anti-submarino do tráfego marítimo. Ao término da guerra, ape-

nas o inimigo foi alterado, o alemão foi substituído pelo soviético.

Paralelamente, o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), incentivado pelos sucessos do United States Marine Corps (USMC) durante a guerra, busca se capacitar para sua maior destinação - efetuar operações de desembarque. Para tanto, sem se descuidar das tarefas tradicionais de segurança, inicia a criação de uma força (Força de Fuzileiros da Esquadra) voltada à realização de operações anfíbias, dentro do modelo adotado pelo USMC.

Assim se observa que, no mesmo período havia duas tendências na Marinha do Brasil, ambas incentivadas pelos norte-americanos: a Esquadra com uma concepção operativa defensiva - proteção do tráfego marítimo contra a ameaça submarina - e o CFN com uma eminentemente ofensiva - o assalto anfíbio (18:438).

A concepção operativa da Esquadra tem uma tendência à mudança quando foram incorporados, em 1951, os dois cruzadores norte-americanos da classe "Brooklyn" - o Barroso (ex-"Philadelphia") e o Tamandaré (ex-"Saint Louis").

Em 1947, foi firmado no Rio de Janeiro o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), principal instrumento de defesa coletiva da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A política de segurança hemisférica coletiva já tinha antecedentes próximos. Em 1942, na Terceira Reunião de Consulta, no Rio de Janeiro, havia sido criada a Junta Interamericana de Defesa (JID), para que os planos de defesa continental fossem estabelecidos em conjunto (64:132).

Naquela ocasião a ameaça era o Eixo, em 1947, era o expansionismo soviético.

Os EUA se serviam do TIAR para apoiar as Forças Armadas dos países latino-americanos e controlar a missão que elas deveriam exercer dentro da política de Contenção do Comunismo, traçada em Washington.

Como complemento do TIAR, foi ratificado, em 1952, o Acordo de Assistência Militar Brasil-EUA, pela qual os dois países se obrigavam a prestar assistência mútua em defesa do Hemisfério Ocidental. Em decorrência, o Brasil foi incluído nos programas norte-americanos de apoio às Forças Armadas latino-americanas, que visava capacitá-las para o Confronto Leste-Oeste. Dentre esses, destaca-se o "Military Aid Program - MAP" (Programa de Ajuda Militar), através do qual recebemos a preços simbólicos, material militar excedente da Segunda Guerra Mundial e da Guerra da Coréia, desde navios até simples sobressalentes.

Os cursos e estágios patrocinados pelo MAP, além de capacitarem os militares latino-americanos, visava endoutriná-los à causa norte-americana. Lincoln Gordon, Embaixador dos EUA no Brasil, reconhecia que o MAP foi:

"... veículo da maior importância para se estabelecer um estreito relacionamento com os membros das Forças Armadas brasileiras... fator altamente importante para influenciar os militares brasileiros a serem favoráveis aos EUA..." (20:80).

Durante o período de 1952-1968, foram fornecidos ao Brasil, através do MAP, equipamentos, material, serviços e instrução, no valor de duzentos e oitenta milhões de dólares. Naquele período, mais de quatro mil militares brasileiros frequentaram escolas profissionais e técnicas nos EUA.

Visando endoutrinar as Forças Armadas brasileiras em todos os níveis, o MAP, anualmente, custeava visitas da Escola Superior de Guerra (ESG) aos EUA (34:21).

Na década de 1950, que corresponde a fase aguda da "Guerra Fria", a ameaça de os submarinos soviéticos atuarem no Atlântico Sul, reforçou a mentalidade anti-submarino, que a Marinha do Brasil (MB) herdara da guerra. Tal preocupação se enquadrava à idéia norte-americana de emprego das Marinhas sul-americanas:

cooperadoras na proteção do tráfego marítimo interamericano.

Assim, os EUA forneceram ao Brasil: submarinos "Fleet Type" (1957), quatro contratorpedeiros da classe Fletcher/Pará (1959-1961), a dotação aérea anti-submarino do Navio Aerodromo Leigoiro Minas Gerais (aviões Tracker S2A da FAB) e o equipamento de adestramento anti-submarino do Centro de Adestramento Almirante Marques Leão.

No fim dos anos 50, a MB detetou outra ameaça no quadro da "Guerra Fria" e compatível com as possibilidades soviéticas: guerra de minas e defesa dos portos contra operações especiais. Como representassem ameaça ao tráfego marítimo, os EUA nos apoiaram, pelo MAP, fornecendo quatro navios-varredores costeiros (MSC - "Coastal mines weeper") que passaram a constituir a classe Javari, e alguns equipamentos de defesa de porto.

Paralelamente ao recebimento de material, a MB empreendeu um programa de preparação de pessoal, constando de curso nos EUA e adestramento com outras Marinhas Americanas, nas Operações Unidas.

A reavaliação estratégica feita pelos EUA, no início do governo Kennedy reconhecendo como principal ameaça os movimentos revolucionários ou subversivos, fez com que o MAP fosse reajustado, passando a dar prioridade à segurança interna. No entanto, a reavaliação manteve a ameaça ao tráfego marítimo na área de segurança do TIAR, para guerra generalizada.

De acordo com sua reavaliação estratégica, os EUA foram os mentores da intervenção da OEA na República Dominicana, em 1965, a qual contou com franco apoio do Brasil, que participou com tropas do Exército Brasileiro e do CFN.

No âmbito do MAP, no período de 1961-1963, a MB recebeu o Navio-Oficina Belmonte (1963), dois submarinos "Fleet Type", um dique flutuante, além de dois navios-varredores, dos quatro já mencionados. No período de 1967-1968, recebeu mais dois con

tratorpedeiros Fletcher.

Ainda pelo MAP, em 1968, tem início a participação brasileira nas Operações Veritas e Springboard, realizadas anualmente nas proximidades de Porto Rico.

O programa de instrução e adestramento, nos EUA, consolidou na MB a mentalidade anti-submarino, complementada com as preocupações quanto a ameaça de minagem. A ameaça aérea e de superfície foram relegadas a segundo plano, por não terem prioridade na estratégia norte-americana relativa à área do Atlântico Sul coberta pelo TIAR. Somente com as revisões estratégicas de correntes do crescimento da ameaça aeronaval e de superfície da Marinha soviética, nos últimos anos da década de 1960, surgiu alguma alteração no pensamento brasileiro - demonstrada na pressão da MB para que o adestramento nas Operações Unitas fosse mais diversificado.

Apesar disso, o Programa de Renovação dos Meios Flutuantes da MB de 1967 refletia um condicionamento de várias décadas. Assim enfatizava os navios escolta anti-submarino, os navios varredores e a missão anti-submarino das fragatas. Embora as ameaças aérea e de superfície já preocupassem, apenas duas fragatas, da seis da classe Niterói, foram projetadas para receber míssil superfície-superfície e o armamento antiaéreo de todas é limitado à defesa de ponto.

O último grande fornecimento naval do MAP ocorreu no período de 1970-1974 e constou de dois Navios de Desembarque de carros de combate (Garcia D'Avila e Duque de Caxias), cinco submarinos Guppy II e dois Guppy III, um contratorpedeiro classe Fletcher, dois Gearing e cinco Allen M. Summer, um Navio Socorro de submarino (Gastão Moutinho) e um navio-oceanográfico.

O expressivo desenvolvimento econômico do país, principalmente no período do "milagre brasileiro" (1967-1972), provocou antagonismos em relação ao Brasil no âmbito mundial (reserva

aos armadores brasileiros de cinquenta por cento do nosso frete internacional) e no regional (aproveitamento dos rios sucessivos). Tais antagonismos, possíveis de acarretarem conflitos locais, e a improbabilidade de uma guerra generalizada, devido ao "equilíbrio do terror", fizeram com que o governo brasileiro, ainda que mantendo a fidelidade ao sistema interamericano, reorientasse suas concepções estratégicas mais à luz dos interesses nacionais.

A MB, em fevereiro de 1977, pelo documento Políticas Básicas e Diretrizes (PBD) traduziu a reformulação de sua conceitualização estratégica que foi aprofundada pelo Plano Estratégico da Marinha (PEM). Eram os primeiros passos da MB no planejamento estratégico sem a influência norte-americana.

As pressões do Governo Carter, sobre o programa nuclear Brasil-RFA, e a tentativa de interferência em assuntos brasileiros resultaram na denúncia, em março de 1977, do Acordo de Assistência Militar Brasil-EUA pelo Governo Geisel.

Mesmo tendo denunciado o acordo, a MB continua realizando adestramento em conjunto com as Marinhas sul-americanas e a dos EUA, pois a ameaça ao tráfego marítimo no Atlântico Sul permanece. Durante algum tempo a Operação Unitas foi o único vínculo da cooperação anterior. Posteriormente, retornamos à participar das Operações Springboard e Vêritas, atualmente denominadas Caribex.

A denúncia pegou os norte-americanos de surpresa. mas eles continuaram tentando, sem êxito, recuperar a antiga influência. Assim, em 1980, a Missão do General Andrew Goodpaster ao sondar o restabelecimento do acordo militar rompido em 1977, deparou com a definitiva recusa do governo brasileiro. Posteriormente, o Brasil não aceitou participar de possíveis intervenções na Nicarágua, como havia feito, em 1965, na República Dominicana. O Brasil demonstrava não ser mais aquele aliado in

condicional dos EUA.

Durante a crise das Malvinas, em 1982, a decisão dos EUA de ignorar o TIAR e de, finalmente, assumir uma posição de declarado apoio à Grã-Bretanha, face a interesses maiores na confrontação Leste-Oeste, afetou a credibilidade do TIAR e, sobretudo, de seu maior fiador - os EUA, como garantidores da segurança dos países latino-americanos.

Evidente que tal situação não chegou a inviabilizar o TIAR, como defendem certos autores (28:30), mas serviu de alerta quanto à necessidade do Brasil contar com um Poder Naval balanceado e diversificado, capaz de atuar com eficácia tanto em conflitos regionais quanto em guerra generalizada, de acordo com os interesses brasileiros, principalmente no Atlântico Sul.

SEÇÃO III - COOPERAÇÃO INDUSTRIAL MILITAR BRASIL-EUA

Pode ser considerado como o primeiro ato de cooperação dos EUA para o desenvolvimento industrial militar-naval brasileiro, o apoio prestado na construção dos contratorpedeiros da classe "Marcílio Dias" ("Cassin" nos EUA). Na ocasião, os norte-americanos não só forneceram os planos como prestaram toda assistência técnica durante a construção, inclusive adestrando os operários do AMRJ nos EUA.

A cooperação norte-americana se manifestou, ainda na cessão dos planos dos contratorpedeiros classe "Fletcher", em 1945, que só não foram construídos no AMRJ por problemas internos da MB, e no apoio dado à Fábrica de Artilharia da Marinha (FAM) e à Fábrica de Torpedos da Marinha (FTM) que, em 1947, iniciaram suas operações industriais.

Durante o período de Acordo de Assistência Militar Brasil-EUA (1952-1977), a MB, vinculada a linha de fornecimento do MAP, não procurou nacionalizar seu material, o que lhe acarretou um grande atraso tecnológico.

Em 1982, durante a visita do Presidente Reagan ao Brasil, foram constituídos cinco Grupos de Trabalho (GT), sendo um destinado à Cooperação Industrial Militar.

Em Brasília (fevereiro-1984), o Secretário de Estado norte-americano George Shultz e o Chanceler Saraiva Guerreiro assinaram um "Memorando de Entendimentos" sobre Cooperação Industrial-Militar que definiu de forma ampla e aceitável a maneira como se realizaria a transferência de tecnologia de ponta norte-americana e os princípios de segurança a serem observados.

A divulgação do Memorando provocou reações negativas na América Latina e na Europa devido interpretações errôneas quanto a uma significativa expansão de Poder Militar Brasileiro e a um possível realinhamento com os EUA, fato que parecia confirmado pela facilidade na venda de aviões "Tucano", da EMBRAER, para Honduras.

Ainda em 1984, visando complementar os entendimentos formalizados no Memorando, os EUA propuseram um Acordo sobre segurança das informações militares, que foi recusado pelo Brasil por conter cláusulas restritivas.

Pelo acordo, os EUA apesar de transferirem sua tecnologia para o Brasil, de governo a governo, se reservavam ao direito do controle de sua utilização no caso de re-exportação para terceiros países. Portanto, o Brasil ficaria na dependência dos EUA quanto à definição de mercados para sua indústria de emprego militar.

É importante considerar que as encomendas das Forças Armadas brasileiras não são, em volume, suficientes para viabilizar economicamente os projetos, sendo vital aos fabricantes de material bélico brasileiros exportarem seus produtos. Se o Brasil aceitasse o Acordo, mercados importantes como o do Iraque e da Líbia estariam vedados, pois as exportações não teriam endosso dos EUA. Seria um atentado a nossa soberania (29:3).

As reiteradas declarações das autoridades norte-americanas no sentido de que darão prioridade ao relacionamento militar entre os dois países, aliadas às cláusulas restritivas do Acordo, permitem inferir: que os EUA tinham interesse em assegurar um maior alinhamento do Brasil com suas políticas e um maior controle de nossa produção industrial-militar, seja para que nossa indústria produza bens de interesse para os EUA, seja para evitar nossa concorrência em terceiros mercados, seja ainda para afetar politicamente nossas exportações.

A atitude restritiva do governo dos EUA continua sendo a principal razão para não haver uma efetiva cooperação industrial-militar entre os dois países.

Na atualidade, os empresários brasileiros, agindo privativamente e valendo-se do interesse comercial solidário de firmas norte-americanas que com eles se associam, têm obtido resultados favoráveis em matéria de cooperação e transferência de tecnologia que, no nível governamental, os EUA não parecem dispostos a contemplar.

SEÇÃO IV - SÍNTESE CONCLUSIVA

Durante seus cinquenta anos de atividade, a Missão Naval Americana, exerceu forte influência sobre a MB.

Até 1942, a estratégia da MB, orientada pela Missão Naval Americana, era voltada para o Atlântico Sul, tendo como oponentes países sul-americanos. Eram preconizadas, apenas, ações de superfície entre Forças Navais.

O Poder Naval Brasileiro, na época, era bastante reduzido. Os navios, em geral obsoletos, não estavam adequados à campanha anti-submarino, o que impossibilitava a capacitação de suas tripulações nessa especialidade. Os ataques dos submarinos alemães, a partir de 1942, obrigaram a MB a se engajar em um tipo de guerra, para a qual não estava preparada, pois de-

conhecia a tática, não dispunha de material e seu pessoal não tinha adestramento. Suas deficiências tiveram que ser sanadas pelos EUA, acarretando um crescimento da influência da Marinha norte-americana sobre a MB ao nível de dominação.

De acordo com o conceito de "blocos de influência", adotado pelas superpotências (EUA e URSS), a concepção política-estratégica do bloco norte-americano só admitia como inimigo o bloco liderado pela URSS. Tal oponente podia executar ações militares diretas, como ataques com submarinos, e ações indiretas como movimentos subversivos para desestabilizar os governos aliados.

Essa concepção, respaldada pelo TIAR, era difundida pela JID, pelo Colégio Interamericano de Defesa (CID) e, principalmente pelos cursos que os militares latino-americanos faziam nos EUA.

Isto explica o aparente paradoxo dos EUA de incentivarem, na MB, duas concepções estratégicas tão diferentes: a defensiva para a Esquadra - defesa do tráfego marítimo interamericano ameaçado por ações de submarinos e lançamentos de minas - e a ofensiva para o CFN - assalto anfíbio em zonas sob controle de grupos guerrilheiros ou tropas sublevadas.

A orientação estratégica norte-americana, voltada exclusivamente à proteção anti-submarino do tráfego marítimo, embora útil, foi fator inibidor do desenvolvimento de uma concepção estratégica própria e mais abrangente, o que só veio a ocorrer durante o Governo Geisel.

As facilidades criadas pelo MAP, quanto ao fornecimento de armamento, equipamento e itens para manutenção e reparos, fizeram com que a MB não se preocupasse com a nacionalização do material, acarretando um atraso tecnológico injustificável para uma potência de nível médio. As dificuldades que tivemos para prontificar os contratorpedeiros classe "A", cuja constru-

ção variou de nove a vinte anos, e o recebimento de navios em razoável estado de conservação e a preços ínfimos, desistiu a construção naval-militar no Brasil, demonstrado pelo desinteresse em construir os contratorpedeiros classe "Fletcher", cujos planos de construção os EUA haviam cedido logo após a guerra.

As limitações impostas pelo MAP, condicionando o atendimento das solicitações brasileiras ao conceito estratégico norte-americano, fizeram com que a MB voltasse à Europa em busca de tecnologia e experiência, em fins da década de 1960.

Com a denúncia do Acordo de Assistência Militar Brasil-EUA, em março de 1977, o Brasil além de dispensar qualquer ajuda militar norte-americana, providenciou o encerramento das atividades da Missão Naval Americana. Na realidade não ocorreu um rompimento Brasil-EUA, como bem demonstrou a continuação dos adestramentos conjuntos (Operações Unitas) mas sim, uma sensível alteração nas relações militares entre os dois países, que se tornaram mais independentes e maduras.

Nos últimos anos os EUA acenaram, por diversas vezes com a possibilidade de um "enfoque especial" nas relações militares Brasil-EUA mas não tiveram êxito, pois o preço que teríamos de pagar era muito alto em termos de perda de soberania.

A desvinculação foi benéfica para a MB, que descobriu ser possível existir sem a assistência norte-americana e, principalmente, a importância de atingir certo grau de nacionalização para que o Poder Naval brasileiro passa ser eficaz à política nacional.

CAPÍTULO 5

CONCLUSÃO

Com o desenvolvimento econômico, a necessidade de conquistar novos mercados, obrigou ao governo brasileiro, a partir de 1970, a adotar uma política exterior voltada, exclusivamente, aos interesses nacionais. O modelo dependência-liderança, existente nas relações Brasil-EUA, passou a ser questionado. O "alinhamento automático" não tinha mais sentido. A política adotada - "Pragmatismo Responsável" - ao permitir maior desenvoltura do Brasil no contexto mundial, ressaltou as diferenças de percepção da realidade internacional e os conflitos de interesses latentes nas relações entre os dois países.

O centro da questão está na diversidade de estágio entre os dois países: uma superpotência com interesses hegemônicos bem definidos e um país em desenvolvimento, que se esforça por preservar e ampliar sua margem de manobra política e econômica entre o Primeiro e Terceiro Mundo. O contraste no trato dos problemas internacionais é facilmente observado. Enquanto o Brasil, devido as suas reduzidas capacidades econômico-militar adota os princípios diretores do "Pragmatismo Responsável" - não-intervenção, solução pacífica de conflitos e prioridades às questões econômicas Norte-Sul - os EUA propugnam o neo-intervencionismo e a precedência de confronto Leste-Oeste sob qualquer questão internacional.

As divergências de opiniões entre os dois países, nos campos político-militar se resumem à duas questões: Segurança das Américas e Atlântico Sul.

Assim como os EUA, o Brasil não deseja ver se expandir o comunismo nas Américas. Entretanto, um maior envolvimento brasileiro nos conflitos da América Central, reconhecida zona de interesses dos EUA, iria desgastar a imagem do Brasil perante

o Terceiro Mundo, do qual se considera um dos representantes, e, sobretudo na América do Sul, foco de suas atenções. Por outro lado, os EUA sabem que intervir militarmente na região só faria sentido se a força interamericana contasse com a cobertura diplomática e o apoio de tropas brasileiras (30:51), caso contrário, se transformaria noutra "Operação Granada".

O Atlântico Sul é vital para os EUA devido a possível atuação dos soviéticos nas rotas de suprimento de petróleo. Neste contexto se ressalta a posição geoestratégica do Brasil, localizado na parte mais estreita do Atlântico. Além disto, este oceano é fundamental para o relacionamento Brasil-África Ocidental, no qual, uma aliança mais aberta com os EUA é contraproducente. Nessa área, o Brasil poderia ocupar o papel de Cuba como força de estabilização, com maior aceitação pela África do Sul, permitindo uma solução de compromisso entre as superpotências interessadas em esfriar o Continente africano.

A guerra das Malvinas além de despertar para a possibilidade de conflitos na América Latina, mostrou que o Atlântico é um setor vulnerável à ameaça naval para o Brasil, mesmo excluindo a guerra generalizada.

Provou também que o TIAR visa mais manter a hegemonia dos EUA do que garantir a segurança dos países membros. Por outro lado, qualquer aliança estratégica para a região sem a inclusão dos EUA é inviável.

Os interesses brasileiros, cada vez mais crescentes, no Atlântico Sul, impõe que a MB tenha condições de atuar em todo oceano e não apenas na área de segurança do TIAR, ao longo do litoral brasileiro. Durante muito tempo, incentivados pelo endoutrinamento da missão naval americana, visualizamos apenas a ameaça submarina. Essa preocupação excludente ajudou a retardar o desenvolvimento naval brasileiro e prejudicou o preparo da Marinha para qualquer outra ameaça.

Só recentemente passamos a considerar, a diversidade operacional exigida em conflitos limitados, no controle das crises e na proteção de interesses marítimos. Teremos de nos preparar para atuar em qualquer situação. Existe um longo caminho a ser percorrido até o Brasil dispor do Poder Naval que necessitará no século XXI, pois prontificar qualquer projeto naval complexo leva uma década ou mais.

No campo econômico, tudo indica que os EUA continuarão a impor restrições aos produtos brasileiros, toda vez que a indústria norte-americana se sentir prejudicada. É importante não esquecer que comércio exterior é negociação entre parceiros, onde não se pode supor benemerência. Ambos os parceiros terão de levar vantagem. Por mais fortes que sejam os argumentos brasileiros quanto a condição desfavorável e injusta dos países do Terceiro Mundo, a co-responsabilidade da dívida externa, etc..., dificilmente pesarão se não houver algo em troca.

No caso de vitória do candidato democrata à Presidência dos EUA Michael Dukakis, mais ligado aos sindicatos e demais bases trabalhistas que o Presidente Reagan, o protecionismo norte-americano deverá crescer.

Na oportunidade da crítica ao protecionismo dos EUA, talvez conviesse ao Brasil rever o seu próprio, para extrair algumas concessões possíveis de serem negociadas. A reserva de informática, a recusa no reconhecimento das patentes dos fármacos e outros contenciosos com os EUA continuarão a existir, mas poderão ser contornados através de "lobby" mais atuante do Ministério das Relações Exteriores e de empresários brasileiros, junto aos grupos decisórios dos EUA.

A implantação da política de substituição de importações nas Zonas de Livre Comércio (ZLC) dos EUA, tenderá a ampliar a competitividade do mercado norte-americano, obrigando a um crescente aperfeiçoamento dos produtos brasileiros. Nesse ca-

so, talvez a política brasileira de informática, com reserva de mercado, seja um entrave à modernização da nossa indústria de manufaturados.

Ainda no campo econômico, pode-se prever uma crise comercial com os EUA para futuro próximo, envolvendo a indústria brasileira de material militar. Os conflitos de interesses causados com as concorrências atualmente existentes por colocação de produto, como carros de combate na Arábia Saudita no valor de um bilhão e duzentos milhões de dólares, juntamente com o fornecimento brasileiro para países que estão na "lista negra" de Washington (Líbia, Iraque,...), deverão extravasar quando o Brasil passar a fornecer para países oponentes dos clientes norte-americanos, em determinada crise.

Tal situação será delicada, pois o Brasil depende fundamentalmente das exportações de material militar para reequipar suas Forças Armadas.

O persistente pouco caso dos EUA para com os problemas brasileiros, como bem enfatizou o relatório do Centro de Estudos Estratégicos Internacionais (CEEI) de Washington, assim como o nascente antiamericanismo no Brasil, provam que, na atualidade, o amadurecimento das relações Brasil-EUA é apenas figura de retórica.

Entretanto, por suas vinculações políticas, econômicas e militares, torna-se impositivo, sobretudo para o Brasil, que tais relações se estreitem, obedecendo aos princípios de soberania e de defesa dos seus próprios interesses.

Finalmente, convém recordar a sempre atual máxima de SUN TZU: "Não podemos participar de alianças até estarmos a par dos objetivos dos nossos vizinhos".

ANEXO A

TÓPICOS DO ACORDO DE REESCALONAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA

- 1 - Reescalonamento da dívida vencida e a vencer entre 1987 e 1993, no montante de US\$ 63,6 bilhões, por um período de 20 anos, com oito anos de carência. O reescalonamento cobre 94% da dívida brasileira de médio e longo prazo com os bancos comerciais;
- 2 - Os bancos concederam financiamentos no total de US\$ 5,8 bilhões, sendo que US\$ 5,2 bilhões referem-se a recursos de longo prazo e US\$ 600 milhões a linhas de curto prazo (comerciais);
- 3 - O acordo prevê um **spread** (taxa de risco) de 0,8125% sobre a **Libor** (taxa de juro do mercado londrino), que passa a ser o único parâmetro da dívida brasileira, em substituição à **prime rate** (taxa preferencial do mercado americano);
- 4 - Além do **spread**, o Brasil pagará uma comissão de adesão de 0,375% para os bancos que aderiram ao acordo desde maio e de 0,125% para os bancos que aderirem ao acordo até o dia 2 de setembro;
- 5 - Os bancos poderão converter em investimentos diretos até US\$ 1,8 bilhão, do total dos recursos novos, fora do sistema de leilão, e sem deságio. Essa conversão só será permitida após um prazo de carência de 12 meses, dentro de um limite mensal de US\$ 50 milhões, e durante três anos;
- 6 - O reempréstimo, por parte dos bancos, dos recursos já comprometidos com o Banco Central ficará condicionado a limites mensais de US\$ 100 milhões, em 1988. No próximo ano, o limite do reempréstimo será de US\$ 1,5 bilhão, e em 1990, de US\$ 1,55 bilhão. O reempréstimo ao setor público estará circunscrito à rolagem da dívida;
- 7 - As linhas comerciais e interbancárias (estas últimas finan

ciam os bancos brasileiros no exterior), no valor total de US\$ 15 bilhões, foram prorrogadas por um prazo de dois anos e meio;

8 - O acordo prevê um instrumento de securitização - troca da dívida antiga por títulos. Esses títulos, chamados de bônus de saída, serão oferecidos aos bancos até o limite de US\$ 15 milhões, e terão taxa de juro fixa de 6% ao ano, desconto de 30%, prazo de 25 anos com dez de carência e conversibilidade em títulos em cruzados por igual prazo;

9 - Uma cláusula de salvaguarda faculta ao Brasil solicitar consultas aos bancos, com vistas à emenda do acordo, diante de quaisquer novos fatores financeiros ou econômicos, inclusive mudanças nas variáveis externas;

10 - Estão afastados da possibilidade de penhora, em caso de nova moratória decretada pelo Brasil, os bens depositados pelo Banco Central em seu nome e para seu uso próprio ou os bens não utilizados em atividades comerciais, ou seja, os que, de acordo com o direito internacional, gozam de imunidade;

11 - Foi eliminado parcialmente o vínculo automático que existia antes entre os desembolsos dos recursos dos bancos e do Fundo Monetário Internacional (FMI). A primeira parcela dos recursos dos bancos (US\$ 4 bilhões) não está condicionada a resultados do programa econômico ajustado com o FMI; a segunda parcela dos bancos levará em conta o fato de o Brasil estar prosseguindo com o seu programa de ajustamento (o que será atestado pelo Diretor-Gerente do FMI); a terceira parcela dos bancos levará em conta o cumprimento satisfatório do programa de ajustamento, prevendo-se, nesse caso, um mecanismo de votação por parte dos bancos, que assim decidirão se mantêm ou não o desembolso.

BIBLIOGRAFIA

1. ACCIOLY, Hildebrando. O reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da América. Rio de Janeiro, Editora Nacional, 1945, 180 p.
2. ALEIXO, José Carlos Brandi. Linhas Gerais da Política Externa do Brasil. Universidade de Brasília. Curso de Introdução às Relações Internacionais. Brasília, 1983, Unidade IV.
3. AMERICANOS vêm Brasil na contramão. O Globo, Rio de Janeiro, 8 maio 1988. p.46.
4. BANDEIRA, L.A.Moniz. Continuidade e mudança na política externa brasileira. Revista Brasileira de Política Internacional, Rio de Janeiro, 29(115-116): 91-98. 1986.
5. BRASIL-EUA parceiros dos anos 90. Jornal da Tarde, São Paulo, 01 jun 1988. p.9.
6. CAMARGO, Sonia de. Uma visita pouco frutuosa. Brasil Perspectivas Internacionais, Instituto de Relações Internacionais da PUC/RJ, Rio de Janeiro, (1): 5-8. jun./jul. 1984.
7. _____. O Brasil em face da América Central e do Caribe. A história de uma ausência. Política e Estratégia, São Paulo, 3(2): 231-245, abr./jun. 1985.
8. CAMPOS, Roberto de Oliveira. Relações Estados Unidos-América Latina: Uma interpretação. Revista Brasileira de Política Internacional, Rio de Janeiro, (8): 24-40, dez.1959.
9. CASTRO, Therezinha de. Relações Brasil-Estados Unidos em face das dicotomias Norte-Sul e Leste-Oeste. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, (706): 15-29, mar./abr. 1983.
10. CONTENCIOSO entre os dois países é injusto afirma Flexa de Lima. Gazeta Mercantil, Rio de Janeiro, 02 jun. 1988.p.3.
11. DANESE, Sergio França. A diplomacia da República Velha: Uma perspectiva. Revista Brasileira de Política Internacional, Rio de Janeiro, 27 (105-108): 47-59, 1984.
12. DANTAS, San Tiago. Emergência e desenvolvimento. Revista Brasileira de Política Internacional, Rio de Janeiro.(105-108): 95-115. 1984.
13. O DESAFIO americano - protecionismo. Informação Semanal CACEX, Rio de Janeiro, (908): 2-20, 6 ago. 1984.
14. ECONOMIA internacional. Suma Econômica, Rio de Janeiro, 33-37, dez. 1987.
15. EMPRESÁRIOS criticam relação Brasil-EUA. O Globo, Rio de Janeiro, 01 jun. 1988, p. 16.
16. FERREIRA, Oliveiros S. Política externa e liberdade de manobra. Política e Estratégia, São Paulo, 3(1): 70-95, jan./mar. 1985.
17. FIASCO em Nova York. Veja, São Paulo, 20(24): 28-31, jun. 1988.

18. FLORES, Mario Cesar. O Após-Guerra, olhando para o futuro. In: Brasil. Serviço de Documentação Geral da Marinha. História Naval Brasileira, 1985. Vol. 3 Tomo 2. p. 437-464.
19. _____. O Preparo da Marinha dos próximos 10 a 30 anos - dúvidas, comentários e sugestões. Revista Marítima Brasileira, 58(1-2-3): 13-23. jan./fev./mar. 1988.
20. _____. Validade e limitações da não-intervenção na América. Revista Brasileira de Política Internacional, Rio de Janeiro, 28 (109-110): 61-92. 1985.
21. GAMA, Arthur Oscar Saldanha da. A Marinha na Segunda Guerra Mundial. in: Brasil. Serviço de Documentação Geral da Marinha. História Naval Brasileira. 1985. vol. 5, Tomo 2.
22. GOES, Walder de et alii. O Drama da Sucessão, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984, 222 p.
23. GUERREIRO, Romiro Saraiva. A Política externa do Brasil. A Defesa Nacional, (698):17-30, nov./dez. 1981.
24. _____. Visão conjunta e o comportamento diplomático do Brasil. Revista Brasileira de Política Internacional, Rio de Janeiro, (89-92): 29-45. 1980.
25. INFORME econômico. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 16 jun. 1988. p. 15.
26. _____. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 07 jul. 1988. p.15.
27. INVESTIMENTOS, sim, mas não já. Jornal da Tarde, São Paulo, 01 jun. 1988, p. 7.
28. JAGUARIBE, Hélio. Reflexões sobre o Atlântico Sul: América Latina e Brasil ante a desarticulação do sistema interamericano. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1985. 63 p.
29. KRAMER, Paulo. Diálogo de surdos: as relações Brasil-EUA. Brasil Perspectivas Internacionais, Rio de Janeiro, 1(5): 1-4, jan./fev. 1985.
30. _____. As relações militares Brasil-Estados Unidos. Política e Estratégia. 4(1): 44-53, jan./mar. 1986.
31. LAFER, Celso. Uma interpretação do sistema de relações internacionais do Brasil. Revista Brasileira de Política Internacional, Rio de Janeiro, (39-40): 87-104. 1968.
32. _____. Paradoxos e possibilidades, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982. 287 p.
33. A LEI no escuro. Veja, São Paulo, 20(25): 42-43, jun. 1988.
34. LINVILL, Roberto R. A Política militar dos Estados Unidos e as relações militares entre os Estados Unidos e o Brasil. Rio de Janeiro, ESG, 1967. Conferência proferida na ESG em 1967.
35. MARTINS, Hélio Leôncio. A Marinha brasileira no período entre as guerras (1918-1942). in: Brasil. Serviço de Documentação Geral da Marinha. História Naval Brasileira. 1985. Vol.2.

36. MICROSOFT interessada em investir no Brasil aguarda oportunidade. Gazeta Mercantil, Rio de Janeiro, 25 mar. 1988. p. 7.
37. MOURA, Gerson. As razões do não-alinhamento: A política externa brasileira no pós-guerra (1945-1950). Revista Brasileira de Política Internacional, Rio de Janeiro, 28 (109-110): 37-50. 1985.
38. MULTINACIONAIS: US\$ 2 milhões para modificar a Constituição. O Globo, Rio de Janeiro, 5 de jun. 1988. p. 1.
39. NARCISO, José. A Política do Poder Naval no Brasil (IV). Portos e Navios, 23(248): 24-28. maio. 1980.
40. _____. A Política do Poder Naval no Brasil (VII). Portos e Navios, 23(252): 26-32, ago. 1980.
41. NETTO, Francisco Thompson Flores. O Brasil e o Comércio Internacional. O GATT e o protecionismo. ESG, Rio de Janeiro, Palestra proferida na ESG em 17 jun. 1987.
42. PARKER, Phyllis R. 1964: o papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de março (The U.S. policy prior to the Brazilian Coup of 1964). Trad. Carlos Mayfeld. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1977, 141 p.
43. PASSOS, José Meireles. Americanos vêm o Brasil na contra-mão, O Globo, Rio de Janeiro, 08 maio 1988. p. 46.
44. AS PEDRAS no caminho dos calçados, Comércio Exterior, Brasília, Fundação Visconde de Cabo Frio, (80): 26-28, set./out. 1985.
45. PERDA com retaliação já atinge US\$ 500 milhões, Jornal de Brasília, Brasília, 01 jun. 1988, p. 8.
46. PINHEIRO, Paulo Sergio Moraes Sarmento. Posição do Brasil na Primeira Guerra Mundial. in: Abril Cultural, História do Século 20, 1975. Vol. 2.
47. PINTO, Paulo Frassinetti. Posição do Brasil em face dos EUA. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, 93(10-12): 33-54, 4. Trim. 1973.
48. POMBO, Rocha. História do Brasil - A República, Rio de Janeiro, W.M. Jackson Editores, 1947, 447 p.
49. O Programa do Futuro, Informação Semanal CACEX, (1029): 4-11, 1 jun. 1987.
50. O QUE é bom para o EUA ainda é para o Brasil? Exame, (287): 18-25, 19 out 1983.
51. QUEDA nas exportações de frango, Informação Semanal CACEX, (1030): 16-19, 1987.
52. QUINTELA, Sergio Franklin. O Futuro das relações Brasil-Estados Unidos, Política e Estratégia, 4(1): 18-28, jan./mar. 1986.

53. RICÚPERO, Rubens. A nova dimensão das relações Brasil-EUA. Rio de Janeiro, ESG, 1982. Conferência proferida na ESG, em 22 out. 1982.
54. _____. As relações do Brasil com os Estados Unidos e a América Latina, ESG, 1980. Conferência proferida na ESG em 12 set. 1980
55. RODRIGUES, Carlos Calero. As relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Rio de Janeiro, ESG, 1963. Conferência proferida na ESG em 1963.
56. RODRIGUES, José Honório. Interesse nacional e política externa. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966. 232 p.
57. SANTOS, Antonio Marques Porto. Posição do Brasil face à América Setentrional e Central. Conferência proferida na EGN em 24 mar. 1988.
58. SARNEY anuncia luz no fim do tunel. Correio Brasiliense, Brasília, 02 jun. 1986. p. 10.
59. SILVA, Arthur da Costa. Discurso no Palácio do Itamaraty em 5 abr. 1967, Documentos da Política Externa, MRE, abr. 1967, p. 11 a 20.
60. SODRÉ, Roberto de Abreu. Palestra proferida pelo MRE na EGN. em 17 jul 1986.
61. SALAK, Namir. Comércio Exterior e Balança de Pagamentos, Palestra proferida na EGN em 21 jun. 1988.
62. O SUBMARINO do mais fraco, Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 22 maio 1988, Caderno B/Especial, p. 8.
63. VIDIGAL, Armando A. F. Uma análise político Estratégica. Política e Estratégia, São Paulo, 3(2): 167-188, abr./jun. 1985.
64. _____. A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro, Rio de Janeiro, EGN, 1983.
65. WALLSTEIN, Odilon Luis. A Política Naval norte-americana para o Atlântico Sul. Revista Brasileira de Política Internacional, Rio de Janeiro, 28(111-112): 76-116, 1985.
66. WEIS, Michael. A Comissão mista Brasil-Estados Unidos e o mito da "relação especial". Revista Brasileira de Política Internacional, Rio de Janeiro, 29(115-116): 57-82.
67. WROBEL, Paulo. A Política nuclear da Nova República. Perspectivas Internacionais. 1(5): 5-8, jan./fev. 1985.

[illegible]

(1646/89)

Azevedo, Jose Luiz Ramos de

O Brasil e os EUA

4-C-57

DEVOLVER NOME LEIT. (1646/89)

13 JUL 88

CMG. ALDIR

11 MAI 91

E. ALTE Santos

25 MAR 88

CMG BOMPET

09 ABR 92

Azevedo

29 OUT 1993

CMG (Chief)

06 ABR 1995

MARINHO

CMG MARINHO



00036930001646

O Brasil e os EUA

4-C-57